



**Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias  
Curso Licenciatura em Ciências Agrárias**

Gessica Caitano de Almeida

**COMPREENDENDO A TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO  
SUDESTE PARAENSE: Estudo de caso na Fazenda Jussara, Piçarra - PA**

**BANANEIRAS - PB  
2020**

Gessica Caitano de Almeida

**COMPREENDENDO A TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO  
SUDESTE PARAENSE: Estudo de caso na Fazenda Jussara, Piçarra - PA**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Agrárias.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Belísia Lúcia Moreira Toscano Diniz.

Coorientador: Prof. Msc. Dalcione Lima Marinho

**BANANEIRAS – PB  
2020**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

A447c Almeida, Gessica Caitano de.

Compreendendo a territorialidade camponesa no sudeste paraense: estudo de caso na Fazenda Jussara, Piçarra-PA / Gessica Caitano de Almeida. - Bananeiras- PB, 2020.

60 f. : il.

Orientação: Belísia Lúcia Moreira Toscano Diniz.

Coorientação: Dalcione Lima Marinho.

Monografia (Graduação) - UFPB/CCHSA.

1. Agricultor Familiar. 2. Diversificação. 3. Valorização da Terra. I. Diniz, Belísia Lúcia Moreira Toscano. II. Marinho, Dalcione Lima. III. Título.

UFPB/CCHSA-BANANEIRAS

**COMPREENDENDO A TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO  
SUDESTE PARAENSE: Estudo de caso na Fazenda Jussara, Piçarra - PA**

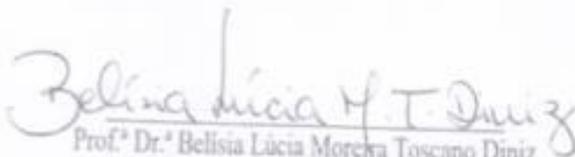
Monografia apresentada ao curso de Licenciatura  
em Ciências Agrárias da Universidade Federal da  
Paraíba - UFPB, como requisito para a obtenção do  
título de Licenciada em Ciências Agrárias.

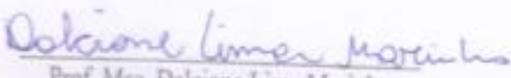
Aprovada em: 17.02.20

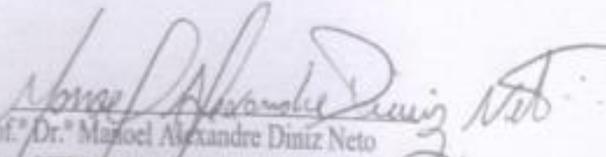
Nota: 10,0

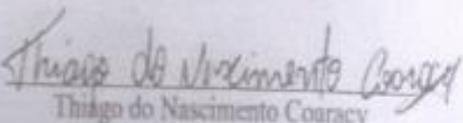
---

Banca Examinadora

  
Prof.ª Dr.ª Belisia Lúcia Moreira Toscano Diniz  
Orientadora - UFPB/ CCHSA/ Departamento de Agricultura

  
Prof. Msc. Dalcione Lima Marinho  
Co-orientador - IFPA/CRMB/ Departamento de Pós-Graduação

  
Prof.ª Dr.ª Manoel Alexandre Diniz Neto  
Membro - UFPB/ CCHSA / Departamento de Agricultura

  
Thiago do Nascimento Coaracy  
Membro - UFPB/ CCHSA/ Mestrando em Ciências Agrárias (Agroecologia)

A meu sogro, José Martins Aguiar (In memoriam), pelo incentivo e credibilidade. Ao meu companheiro de vida, José Paulo da Silva Aguiar, pelo incentivo, credibilidade, paciência, amor e parceria durante todo o período do curso e em especial a meu filho, Marcos Almeida Aguiar, pela paciência e compreensão das ausências da mamãe em momento e dias importante da sua infância.

DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Uma importante conquista na minha vida a qual sou grata a vários atores que se fizeram presente, com incentivos financeiro, moral, psicológico, educacional, companheirismo, etc., e dessa forma possibilitaram meios para que eu pudesse alcançar essa nova etapa da minha jornada na vida, assim, sou grata:

À Deus pelo dom da vida, pela ajuda e proteção, pela saúde e pela força para superar as adversidades.

À Antônio Barros Neto, o melhor chefe, a pessoa que regou a semente da esperança que estava adormecida, a pessoa a quem deu vida a um sonho que parecia tão distante, a pessoa que me guiou incentivou e torceu por mim desde o primeiro momento.

À Francisco Flavio Vidal, o parceiro de serviço que embarcou na onda de incentivo e deu todo suporte necessário, proporcionou meios para que eu pudesse embarcar nessa nova etapa de vida.

À minha família, em especial, esposo, sogro, sogra, sobrinhas, cunhada e filho pelo apoio, credibilidade e incentivo durante todo o percurso.

Aos professores do curso Técnico em Agropecuária do IFPA Campus Rural Marabá, na pessoa de Dalcione Lima Marinho, que inconscientemente direcionaram-me às metas a serem alcançada na minha vida acadêmica. De tal modo que, esteja onde estiver, minhas bases sociais e culturais sempre estarão em mim, pois, o conhecimento liberta e proporciona autonomia social, política e cultural.

Aos Colegas e parceiros de pesquisas do tempo comunidade: Enoque Alves de Oliveira, Sandra Maria da Silva Aguiar e Karina de Paiva da Silva, que juntos produzimos o “protótipo” deste trabalho.

Ao Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias, em especial a todos os professores do curso pelo suporte, atenção, ensino e direcionamento durante o curso.

Ao amigos e colegas conquistados nesse tempo, que proporcionaram uma estadia prazerosa e tornaram a distância e a saudade de casa mais superável, me fazendo sentir em família, meus parceiros do alojamento Misto, funcionários das universidades e colegas de curso e de instituição – Joao Ricardo, Felipe Bonifácio, (*In Memoriam*), Natalino, Jose Carlos, Isaque, Marta, Jessica, Maria José, Maria Priscila, Jeciara, Wellyton`s, Flavio José, Mayara, Julielson, Anderson,

Neilton, Rayza, Valéria, Maria Pricila, Fabrício. Enfim, em nome destes, sou grata a todos que fizeram parte da minha vivência paraibana.

Por fim, o meu agradecimento especial vai:

À minha professora e orientadora Belísia Lucia, que ao longo destes anos, foi muito além de professora e orientadora, mas também foi mãe e amiga, me incentivou, orientou, levantou quando cair, entendeu quando não suportei, direcionou quando falhei e foi paciente e compreensiva quando necessitei.

Ao meu esposo e parceiro de vida, que embarcou na minha “loucura”, incentivou quando fraquejei, apoiou quando arisquei, esperou, torceu e aguentou os momentos de saudades.

Gratidão a todos que estiveram presente na minha jornada acadêmica!

**“Desejos não resistem às dificuldades da vida, sonhos são projetos de vida, sobrevivem ao caos. ”**

**Augusto Cury**

ALMEIDA, Gessica Caitano de. **COMPREENDENDO A TERRITORIALIDADE CAMPONESA NO SUDESTE PARAENSE: Estudo de caso na Fazenda Jussara, Piçarra - PA.** 60 folhas. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal da Paraíba, Campus III, Bananeiras – PB, 2020.

## **RESUMO**

Compreendendo a territorialidade camponesa no sudeste paraense, estudo de caso na Fazenda Jussara, Piçarra- PA, é uma monografia de conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, apresentada à Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, Campus III, Bananeiras. E tem por objetivo, discutir como acontece o processo de valorização da terra por parte do agricultor familiar e retratar o percurso de formação de valoração para com a terra, com estudo de caso do Sr. José Martins Aguiar. Este trabalho foi realizado pelo método de pesquisa ação e pesquisas bibliográficas, onde foi possível contar com relato de agricultores e familiares tanto da propriedade em questão (Fazenda Jussara) como os moradores da microrregião Alto Bonito e assim, os relatos foram complementados por meio de registro bibliográfico. Os encontros com os produtores de início ocorreram como forma de entrevistas, e devido a necessidade de mais informações, foi ocorrendo de forma ocasional, em simples encontros para tomar um café com o vizinho, e por fim, na forma de abordagem direta por meio das mídias sociais, à medida que foi surgindo dúvidas, isso devido a atual distância entre o autor do trabalho e os atores deste. Por fim, todo esse estudo permitiu visualizar, o quanto as políticas governamentais contribuem para o processo de “coisificação” da terra, resultando no foco produtivo da região (agropecuária bovina), além de reforçar a premissa de que o camponês é o principal ator no processo de diversificação, produção de alimentos e manejo sustentável do ecossistema, tendo em vista que, o valor da terra para ele, transcende o capital, expressa realização pessoal, portanto demanda cuidado.

**Palavras chave:** Agricultor familiar. Diversificação. Valorização da terra.

ALMEIDA, Caitano Gessica de. **COMPRISING PEASANT TERRITORIALITY IN SOUTHEAST PARÁ: Case study at Jussara Farm, Piçarra - PA.** 60 sheets. Course completion work (Graduation). Federal University of Paraíba, Campus III, Bananeiras - PB, 2020.

### **ABSTRACT**

Understanding the peasant territoriality in southeastern Pará, case study at Jussara Farm, Piçarra-PA, is a monograph of completion of the Undergraduate Course in Agrarian Sciences, presented to the Federal University of Paraíba, in the Center of Sciences Human, Social and Agrarian. And its objective is to discuss how to give the process of valuing the land by the family farmer and portraying the path of valuation formation towards the land with case study of the family producer, José Martins Aguiar. This work was carried out by the method of research action and bibliographic research, where it was possible to count on reports of farmers and family members of both the property in question (Jussara Farm) and the residents of the Alto Bonito microregion and thus, the reports were supplemented by bibliographic registration. The meetings with the beginning producers took place as a form of interviews, and due to the need for more information, it took place occasionally, in simple meetings to have a coffee with the neighbor, and finally, in the form of direct approach through the media as doubt was arose, due to the current distance between the author of the work and the actors of the work. Finally, this whole study allowed us to visualize, how much government policies contribute to the process of "coisification" of the land, resulting in the productive focus of the region (bovine agriculture), besides reinforcing the premise that the family producer is the the main actor in the process of diversification, food production and sustainable management of the ecosystem, considering that the value of the land for him transcends capital, expresses personal fulfillment, therefore demands care.

**Keywords:** Family producer. Diversification. Appreciation of the land.

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1:</b> REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DAS MESORREGIÕES PARAENSE.....	27
<b>MAPA 2:</b> REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICAS DOS MUNICÍPIOS PARAENSES COM ÊNFASE NA REGIÃO SUDESTE. ....	35

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1:</b> SR. JOSÉ MARTINS AGUIAR EM MEIO A RELATO DE SUAS EXPERIÊNCIAS DE VIDA NO MARANHÃO. ....	23
<b>FIGURA 2:</b> TRAJETO PERCORRIDO POR SR. JOSÉ ATÉ SEU ESTABELECIMENTO NO PARÁ. ....	26
<b>FIGURA 3:</b> IMAGEM TOPOGRÁFICA DA MICRORREGIÃO SITUADA NO CONTEXTO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA. ....	31
<b>FIGURA 4:</b> CROQUI REPRESENTATIVO DA ORGANIZAÇÃO ATUAL DA MICRORREGIÃO ALTO BONITO. ....	44
<b>FIGURA 5:</b> JOSÉ MARTINS AGUIAR, NO CAMINHO DE ACESSO A SUA RESIDÊNCIA NA FAZENDA JUSSARA. ....	46
<b>FIGURA 6:</b> CROQUI DEMONSTRATIVO DO ARRANJO ATUAL DA PROPRIEDADE. ....	49

## LISTA DE SIGLAS

BEC - Batalhão do Exército de Engenharia e Construções
CEBs – Comunidade Eclesiais de Bases
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRMB – Campus Rural de Marabá
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
FBC - Fundação Brasil Central
Funrural - Fundo de Assistência do Trabalhador Rural

GETAT – Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins

IFPA – Instituto Federal do Pará

IMPA - Industria Madeireira do Pará

OEA – Organização dos Estados Americanos

OP – Estrada Operacional

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PCB – Partido Comunista Brasileiro

Safs – Sistema agroflorestais sucessionais

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO 1: JOSÉ MARTINS AGUIAR, O IMIGRANTE MARANHENSE</b> .....	<b>23</b>
1.1. AS ORIGENS DE JOSÉ E SUA TRAJETÓRIA .....	24
1.2. DE TOCANTINÓPOLIS AO PARÁ .....	25
1.3. CONJUNTURA POLÍTICA LOCAL .....	27
1.4. CONSIDERAÇÕES .....	29
<b>CAPÍTULO 2: A INFLUÊNCIA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA NA FORMAÇÃO ÉTNICO TERRITORIAL DA MICRORREGIÃO ALTO BONITO – PA.</b> .....	<b>31</b>
2.1. O LEGADO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA À POPULAÇÃO LOCAL .....	32
2.2. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PIÇARRA- PA.....	35
2.3. CONSIDERAÇÕES.....	37
<b>CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DA MICRORREGIÃO ALTO BONITO – PA.</b> .....	<b>40</b>
3.1. PROCESSO HISTÓRICO DA MICRORREGIÃO .....	40
3.2. DA EXPROPRIAÇÃO À POSSE .....	42
3.3. SOB AMEAÇA DE CONFLITOS PÓS POSSE .....	43
3.4. ESTABELECIMENTO DEFINITIVO DA COMUNIDADE ALTO BONITO .....	44
3.5. CONSIDERAÇÕES.....	45
<b>CAPÍTULO 4: FAZENDA JUSSARA, O CÉU NA TERRA PARA ALGUÉM.</b> .....	<b>46</b>
4.1. APANHADO HISTÓRICO E ESTABELECIMENTO DA FAMÍLIA AGUIAR NO LOTE .....	46
4.2. ATIVIDADE EXERCIDA NO LOTE DE 1980 AOS DIAS ATUAIS .....	47
4.3. PANORAMA GERAL DA PROPRIEDADE NOS ASPECTOS ATUAIS.....	49
4.4. CONSIDERAÇÕES.....	54
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>56</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>58</b>
ANEXO 1: RECORTE MICRORREGIONAL DA REGIÃO SUDESTE DO ESTADO DO PARÁ.....	58
ANEXO 2: REPRESENTAÇÃO CARTOGRAFIA DO ANTIGO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA NOS ASPECTOS ATUAIS DE DIVISÃO MUNICIPAL. ....	59
ANEXO 3: PARTE DO DOCUMENTO DE TÍTULO DEFINITIVO DA FAZENDA JUSSARA, CEDIDO PELO GETAT EM 1983. ....	60

## APRESENTAÇÃO

Esta monografia nasce nas pesquisas de campo realizadas no decorrer do curso Técnico em Agropecuária, o qual está fundamentado nos princípios da Educação do Campo, sob regime de alternância<sup>1</sup>, pelo Instituto Federal do Pará/ Campus Rural Marabá IFPA/CRMB na vigência 2015/2016.

De acordo com, Brasil (2012), os princípios da educação do campo, refere-se à: respeito à diversidade, a formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

A pedagogia da alternância é uma modalidade de ensino aprendizagem que, intercala um período de convivência escolar em regime de internato, com outro em casa, permitindo com que o educando faça melhor assimilação à relação teoria e prática sem distanciar das suas origens e aos mesmo tempo poder proporcionar melhorias ao meio de acordo com sua evolução formativa.

E é nesse contexto que, o projeto pedagógico do curso pauta como objetivo, formar Técnicos em Agropecuária para atender as especificidades locais com vistas a contribuir para a sustentabilidade e fortalecimento da Agricultura familiar camponesa e dos arranjos produtivos locais na região do Sudeste Paraense, considerando as dimensões econômica, sociocultural, ambiental e político institucional.<sup>2</sup> Assim sendo, como atividades avaliativas do curso, os estudantes no período do tempo comunidade são orientados a realizar o resgate histórico, a fim de descobrir e entender a origem e os costumes construídos em cada microrregião, com intuito de fortalecer seus laços com a comunidade de origem.

Como os estudantes do curso, embora fossem do mesmo município, as suas regiões de origens diversificavam, assim como o contexto histórico de formação, social, cultural e territorial. Como por exemplo, a turma em questão, era formada por estudante do município de Piçarra, mas dentre eles havia estudantes de diversas microrregião, como: Anajá, Macelinense, Boa Vista,

---

<sup>1</sup> Os estudantes ficavam 15 dias em regime de internato, com aulas em período integral o qual é denominado de tempo escola, e 15 dias de volta ao local de origem, com atividades direcionadas, período denominado de tempo comunidade.

<sup>2</sup> Texto do Projeto Pedagógico do curso Técnico em Agropecuária subsequente ao ensino médio, do Campus Rural de Marabá- 2015.

Águas Clara, Oziel Pereira, Alto Bonito, Piçarra e Itaipava. Desta forma, a primeira orientação foi que, os grupos fossem compostos por estudantes da mesma microrregião ou pelo menos próximos. Por conseguinte, o grupo de pesquisa, que resultou este trabalho, foi formado por dois filhos de agricultores pioneiros da microrregião Alto Bonito, uma imigrante recente nesta microrregião e uma residente da sede do município, tendo em vista a proximidade da microrregião com a sede municipal.

Em consenso com a equipe foi escolhido a microrregião a ser estudada, Alto Bonito, a qual está situada no município de Piçarra, cerca de 10 km da sede do município, região sudeste paraense, dando início assim a uma série de pesquisas com finalidades de construção histórico e social da localidade, dividido dentro dos tempos comunidade no decorrer do curso.

Deste modo, o primeiro tempo comunidade foi dedicado a delimitação e resgate histórico de toda essa microrregião, o qual foi realizado por meio de localização das famílias pioneiras desta localidade e entrevistas, originando assim o relatório final intitulado, Microrregião Alto Bonito Município de Piçarra- PA, onde foi relatado o processo de ocupação, envolvendo a ação migratória, a forma de ocupação, as entidades envolvidas e a contribuição destes ao município em ascensão.

O segundo tempo comunidade foi destinado a descobrir o processo de formação cultural e social da microrregião Alto Bonito, o qual foi abordado assuntos como, migração, cultura, necessidade de espaço territorial e melhores condições financeiras para os membros das famílias. Dando origem ao segundo relatório que foi intitulado, Estudos das Propriedades da Microrregião Alto Bonito, Município de Piçarra- PA, no qual foi relatado as dificuldades impostas pelo sistema social, para que cada família pudesse viver dignamente e em harmonia na comunidade, contando todo seu histórico vivido, incluindo os meios de sobrevivência, e toda a situação familiar, desde a região em que nasceu, local onde tenha morado e finalmente a localização atual, como todos os aspectos, da chegada até o presente momento. Para obtenção destas informações foram entrevistados moradores da microrregião que possui terra<sup>3</sup> na localidade, a qual é fonte de seu sustento.

O Terceiro tempo comunidade foi dedicado a entender e descobrir o foco de produção dos residentes desta microrregião, com intuito de identificar as principais culturas perenes e semi perenes encontradas nesta comunidade. Em visita a comunidade, foi identificado um morador da

---

<sup>3</sup> Tendo em vista que, a microrregião Alto Bonito abranger a Vila Cigana, onde há pessoas que residem nessa localidade, mas não possui lote de terra nesta microrregião.

vila, que em um lote de cerca de 4.800m<sup>2</sup> obtém o que podemos denominar de amostra produtiva desta comunidade, quando se fala em espécies de cultivo e criação, assim o mesmo foi usado como modelo para gerar o relatório final deste tempo comunidade, denominado Culturas Perenes e Semi Perenes: Produtividade no lote do Sr. Oriel na Vila Cigana Município de Piçarra- PA.

O Quarto tempo comunidade foi pensado a partir da crise hídrica que estava acometendo o sudeste paraense, causando transtornos aos moradores e produtores locais. Assim o intuito deste tempo comunidade foi avaliar a percepção social e ambiental dos moradores da microrregião Alto Bonito, para isso foram aplicados 30 questionários dialógicos às famílias residentes, tanto da vila quanto das propriedades rurais da localidade, a fim de provocar a reflexão dos moradores frente ao atual problema que era a pouca disponibilidade hídrica e escassez de chuva, em um período em que, segundo relato dos próprios moradores, já estaria chovendo suficiente para abastecer os mananciais ali existentes. Além disso este trabalho teve por finalidade também a orientação aos entrevistados em relação as devidas providências cabíveis a fim de evitar maiores problemas com a mãe natureza. Resultando no relatório final, Avaliação Estimativa da Consciência Social e Ambiental na Microrregião Alto Bonito, Zona rural do Município de Piçarra – PA.

O quinto e último tempo comunidade foi um complemento do tempo comunidade anterior no qual as pesquisas realizadas anteriormente foram rediscutidas com a comunidade em um evento, denominado, Partilha de Saberes, realizado e organizado pelo grupo de pesquisa, na igreja Católica da Vila Cigana. Para tal, foi confeccionado convites e entregues a todas as famílias visitadas em pesquisas anteriores. Este evento teve finalidade de partilhar com a comunidade o processo de formação social e ambiental dessa localidade, o qual possibilitou o diálogo entre as diferentes gerações que estavam presentes, muitos destes não conheciam e nem se atentavam para o valor das lutas dos pioneiros para possibilitar as condições atuais da localidade.

Segundo Domingos (2011, p.6) para os povos da África tradicional o idoso, o mais velho carrega consigo experiências e sabedoria, pois conhece a vida e os homens de outros tempos em que:

O passado confere autoridade àquele que traz o peso do tempo, da sabedoria, da geração e da ancestralidade. Mesmo se os antepassados longínquos estão presentes no mundo dos vivos, o tempo deles pertence à uma estrutura, há um outro nível de temporalidade. O seu tempo é Cósmico, e dele dependem os bens aos quais pertencem periodicamente, as estações, os dias e as noites no percurso cíclico.

Essa é uma cultura que também se estabelece no Brasil com advento desses povos. Pensando nesse aspecto foi realizado tal discussão para que de forma cíclica o conhecimento fosse repassado. Esse processo ocorreu por meios das ferramentas de metodologias participativas dentre as quais, o Diagrama do Tempo, usado para partilhar o resgate histórico, o croqui de exploração versus croqui atual, ferramenta adotada para demonstrar o resgate histórico ambiental e o Diagrama da Árvore para apontar os problemas e as possíveis soluções que a comunidade pudessem adotar. Este último possibilitou aos moradores da vila que estavam com problemas com um fazendeiro próximo, que também estava presente no encontro, a conciliar atritos existente devido ao uso de um córrego da propriedade deste fazendeiro, por parte da população, tendo em vista que após o diálogo com o uso das ferramentas participativas e apontamentos dos mediadores do evento, ambos os lados obtiveram o entendimento das ações e o que cada lado precisassem fazer para que fosse de comum acordo a ambos. Por fim, deste encontro foi gerado o último relatório denominado Partilha de Saberes na Microrregião Alto Bonito, Município de Piçarra-PA.

Ao término de cada tempo comunidade, foi entregue aos professores do curso o relatório das pesquisas desenvolvidas, após ser socializado com a turma e convidados, os quais eram professores e entidades locais do município, como secretário de agricultura, presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, representante das entidades de assistência técnica rural da região entre outros. Isso ocorreu ao retorno de cada tempo escola, dialogando sobre as descobertas, as dificuldades e entraves encontrados no decorrer das atividades realizadas e o produto destas.

Durante as pesquisas, fez-se necessários entrevistar famílias principiantes no processo de formação da microrregião e buscar dados teóricos para embasar os relatos, nascendo assim o desejo e mostrando a necessidade de formar e fortalecer o banco histórico dessas localidades, além de, fazer com que valha a pena a contribuição voluntária e prazerosa de cada família entrevistada, tendo em vista a pouca existência de registros teórico sobre a origem dessa comunidade e o contingente diminuto de pioneiros que vivenciaram o processo, ser cada vez menor, devido a óbito ou mudança de região.

Eis que, o desejo em *stand by* foi se transformando em meta de conclusão de um sonho, buscando solidificar assim o contexto histórico para as gerações posteriores. Resultando nesta monografia, realizada a milhares de quilômetros das suas origens, mas que exprime a gratidão e o acolhimentos às pessoas que possibilitaram tal trabalho.

## INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da consciência humana de posse, a terra é símbolo de riqueza e poder. No geral o fator riqueza estar atrelado ao contingente de capital que detém o proprietário, este capital acarreta em poder, seja este político ou de dominação perante aos desfavorecido de terra e capital, haja vista que, há poucos com muitas e muitos com tão pouca, destacando aqui, a concentração de terra no Brasil.

Ao longo da história da humanidade houve/há muitas batalhas entre povos e nação que resulta em expansão territorial e dominação social por parte dos vencedores, e desta forma, foi se constituindo a malha global, que além da divisão geográfica há a divisão política, cultural e privada. Vejamos, o Brasil é um país que geograficamente pertence ao continente Sul Americano, constituído a partir da dominação portuguesa, que por enfraquecimento de poder da nação dominante, tornou-se nação independente, este está dividido geograficamente e culturalmente em cinco regiões (Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul), e em cada região destas se encontram as propriedades privadas e da união, seja latifúndios ou minifúndios.

E ainda falando do significado de terra, recorro a expressão popular “um peso e duas medidas” ousando afirmar que, terra possui significado diferente entre os proprietários, assim como uma nota de dez reais possui valor diferente entre as classes sociais. E isso se deve ao processo histórico de luta e conquista que determina sua valorização.

O valor atribuído à terra pelos latifundiários e as classes sociais superiores, limita-se ao capital. O valor atribuído pelos camponeses<sup>4</sup> sitiantes, vai além do capital, há o lado afetivo e emocional, pois nesta terra está seu suor, sua história e até sua constituição familiar, assim a dimensão simbólica da terra transcende o financeiro, desta forma, Woortmann (1990, p.12) destaca que:

Nessa perspectiva, não se vê a terra como objeto, mas como expressão de uma moralidade, não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz trabalho que se constrói a família enquanto valor. Como patrimônio, ou como dádiva de Deus, a terra não é simples coisa ou mercadoria.

---

<sup>4</sup>De acordo com Wanderley (2014), campesinato é uma forma social de produção cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros.

Conforme o autor aponta as famílias que dedica ao cultivo de cultura para alimentação tais como: os indígenas, os quilombolas e os agricultores familiares têm na terra um cuidado que parte de um sentido simbólico, moral e ético para com a mesma. E partindo da dimensão simbólica da terra para quem nela vive e trabalha, que venho nesta monografia, apresentar a história de vida e resistência social do agricultor familiar José Martins Aguiar, imigrante maranhense que conseguiu vencer as adversidades da vida camponesa no Maranhão e torna-se agricultor no sudeste paraense em meios aos embates do governo militar e os guerrilheiros do Araguaia.

Deste modo, compreendendo a territorialidade camponesa no sudeste paraense, estudo de caso na Fazenda Jussara, Piçarra- PA, vem representar o recorte social de formação étnico territorial desta microrregião do sudeste paraense retratando os desafios da imigração, da conquista da terra e a resistência nela por intermédio da história de vida do sr. José, proprietário da Fazenda Jussara e um dos poucos agricultores pioneiros nesta localidade que vivenciou a construção histórica local.

No geral, é amplamente conhecido a desvalorização do homem do campo, preconceito perdurado desde os primórdios da sociedade, e intensamente enraizado na sociedade capitalista, o que talvez seja, uma forma de esconder suas origens<sup>5</sup>, e manter a tradição de dominação social e sua fonte de recursos a baixo custo e sustentar sua riqueza.

Afim de melhor conscientizar e elucidar a importância das nossas raízes camponesas é que se deve a realização desta monografia retratando esta unidade familiar, de forma tão íntima, para que, outros venha perceber, o motivo do apego de nossos avos e pais camponeses a suas terras, pois, cada um carrega a sua história de conquista familiar, pois, como afirmam Woortmann e Woortmann (1997), para os sitiante, trabalho, terra e família são indissociáveis e falar de um é falar do outro.

É nesta perspectiva que, cada produtor familiar é grato a sua propriedade pela formação da família, saúde, educação e moradia dos filhos, pois ele reconhece que desta propriedade e do seu trabalho nela resultou em êxito familiar, onde possibilita a manutenção do filho (a) estudando e morando na cidade, pode ser base a formação e estabelecimento da família desses filhos e garantir sua tranquilidade na terceira idade. Mas devido ao novo modelo de organização social possibilita a nova geração se distanciar das suas origens, muitas vezes não por preconceito mas por

---

<sup>5</sup> Para melhor compreensão ler o artigo: As origens agrárias do capitalismo - Wood (2000).

desconhecer o seu valor, devido este ser amplamente descaracterizado no modelo educacional, onde se educa para a cidade para o distanciamento desta origem que muitas vezes é mostrada como miséria frente ao modelo modernista capitalista, mas que diante do olhar do produtor é, a sua riqueza, sua fonte de paz e garantia do seu sustento e da sua família.

Moura (1988, p.8) também apresenta várias razões que justificam este olhar para o camponês, conforme explicita a seguir:

É também verdade que o camponês tem despertado uma ânsia de pesquisa bastante peculiar. Várias razões podem ser levantadas para explicá-la: há o fato de o camponês controlar terra no capitalismo sem ser possuidor de capital, na acepção marxista da palavra; há também o fato de o camponês ser uma espécie de ponto de discordância sobre a natureza de classe das evoluções que implantaram ou derrubaram historicamente a ordem burguesa; há ainda o fato de camponês trabalhar com ajuda da família, à qual não remunera segundo a ótica capitalista, isto no mundo marcado pelo contrato individual do trabalho e pelo pagamento em salário das tarefas desempenhadas; resta assinalar o fato de o camponês lutar por formas culturais e sociais próprias de organização, sem ser ou poder se concretizar como outro povo ou outra cultura, estranhando, mais do que recusado, a sociedade abrangente que o contém e circunda.

E para apresentar este olhar frente às novas gerações, este trabalho foi realizado pelo método de pesquisa ação, pesquisas bibliográficas e entrevistas, onde foi possível contar com relatos de agricultores e familiares tanto da propriedade em questão (Fazenda Jussara) como os moradores da microrregião Alto Bonito e assim, os relatos foram complementados por meio de análises de registros bibliográficos. Os encontros com os produtores, de início ocorreram como forma de entrevistas, conforme foi relatado na apresentação deste trabalho, e devido à necessidade de mais informações foi ocorrendo de forma ocasional, em simples encontros para tomar um café com o vizinho, e por fim, em forma de abordagem direta por meio das mídias sociais, à medida que foi surgindo dúvida, isso devido à atual distância entre o autor do trabalho e os atores deste.

O método de pesquisa trabalhado aqui é bem pertinente à relação autor, trabalho resultante e aos atores deste trabalho, tendo em vista que, permite afirmar o compromisso social e científico da pesquisa, isso se deve ao conforto da pesquisadora frente ao tema, pois embora não seja sua localidade de origem, é a localidade e parte da origem de entes queridos e destino da pesquisadora, o que permite um olhar tão íntimo ao abordar o contexto, possibilitando a fiel dualidade pesquisa e realidade local, tendo em vista poder olhar de fora e de dentro desta realidade, pois, devido às vivências anteriores permite o olhar extensionista da autora e devido à vivência atual o olhar de moradora local. Eis que, de acordo com Thiollent (2011, p. 13-15) aponta:

...pesquisa ação, além da participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outro.

... a pesquisa ação não trata de psicologia individual, e também não é adequada ao enfoque macrossocial. Nas condições atuais como proposta bastante limitada, não se conhece exemplos de pesquisa ação ao nível de sociedade como um todo. É apenas um instrumento de trabalho e de investigação com grupos, instituições, coletividades de pequenos e médio porte.

Assim, objetivando discutir como acontece o processo de valorização da terra por parte do agricultor familiar e retratar o percurso de formação de valoração para com a terra, com estudo de caso do sr. José Martins Aguiar. É possível afirmar que, no ato da pesquisa foi alcançado tais premissas conformes preconizadas por Thiollent (2011). Por conseguinte, este trabalho se encontra dividido em quatro capítulos, os quais constam de relatos e discursões com bases teóricas e de vivencia.

O primeiro capítulo está intitulado: José Martins Aguiar, o imigrante maranhense, neste está retratado o processo migratório deste agricultor e a conjuntura local encontrada no ato de sua chegada ao estado do Pará nos anos de 1970. E a discursão deste capítulo está pautada, na ótica de antropologia social de Moura (1988), no direcionamento etnográfico de Woortmann e Woortmann (1997), e o relato e discursão da conjuntura política local, foi embasado nos relatos dos entrevistados e pautados nos relatos de Mechi (2012 e 2013).

No segundo capítulo: A influência da Guerrilha do Araguaia na formação étnico territorial da microrregião Alto Bonito, é detalhado a contribuição da ação deste movimento político em prol dos recém-chegados a este território e o seu legado a região, baseados nos trabalhos de Mechi (2012), Peixoto (2011), Pêsoa (2017), concluindo a discursão com uma análise de construção sociocultural a partir do contexto de imigração resultante do denominado processo de integração nacional com base no recorte do trabalho de Silva (2006).

No terceiro capítulo: A construção territorial do Alto Bonito, encontra-se o relato de formação desta microrregião e como se deu o estabelecimento dos novos produtores rurais, além da breve descrição das adversidades encontradas superadas por estes. A discursão deste capítulo esta pautado em Raffestin (1993) e Matte e Mosquer (2009) no que se refere a território.

Para finalizar, o quarto capítulo: Fazenda Jussara, o céu na terra para alguém, é relatado o processo de posse da terra por José Martins Aguiar e as fases vivenciada neste terreno, das conquistas as adversidades. Neste capítulo também, encontra-se o esclarecimento e justificativa do tema deste trabalho, além do discursão em torno da valorização da terra por parte do produtor, pautados nos discursões em torno das dimensões da agroecologia.

## CAPÍTULO 1: JOSÉ MARTINS AGUIAR, O IMIGRANTE MARANHENSE

Neste capítulo é abordado o relato de vida e origens do sr. José, buscando descrever as experiências vivenciadas no decorrer da sua trajetória maranhense, até sua chegada ao Pará, correlacionado com os acontecimentos sócio político da época, destacando a conjuntura política na microrregião paraense a qual veio a se estabelecer.

Os tópicos iniciais deste capítulo é discutido de acordo com ótica de antropologia social de Moura (1988) a qual de início afirma que:

... para observar determinado grupo é preciso resgatar representações e práticas sociais, de modo que a essência e o sentido das mesmas não sejam deformados pela visão de mundo e pelo peso específico que tem outras práticas e representações na sociedade ou classe social que provem o autor. pág. 8.

A discursão segue com o direcionamento de Woortmann e Woortmann (1997), que considera o trabalho da terra como uma etnografia, ou seja, este é resultado de uma lógica interna de saber e organização fundamentado na prática das lavouras.

Para relatar e discutir a conjuntura política local foi usado como base os trabalhos de Mechi (2012 e 2013), cuja autora, enfoca a participação camponesa na guerrilha do Araguaia, buscando evidenciar que a resistência contra a ditadura civil-militar desenvolvida na região permitiu a politização dos camponeses que se apropriaram dela e estabeleceram continuidade entre a guerrilha e as lutas contemporâneas pela terra. O uso deste trabalho é justificado perante a exatidão do conteúdo diante dos relatos colhidos no decorrer da pesquisa de campo.

Este capítulo é base para entender como se deu o processo de recorte cultural encontrado nesta região, o que culminou em costumes mesclado e ao mesmo tempo distante da cultura raiz do estado do Pará, o que é atribuído ao processo de ocupação e ao mesmo tempo de localização desta região, por ser fronteira entre os estados do Tocantins e proximidade do Maranhão, e destino de imigrantes nordestinos e do centro oeste, cada um carregando com si a bagagem sociocultural.



**Figura 1:** Sr. José Martins Aguiar em meio a relato de suas experiências de vida no Maranhão. Fonte: arquivo pessoal.

## 1.1. AS ORIGENS DE JOSÉ E SUA TRAJETÓRIA

Aos três de novembro de 1949, nasceu José Martins Aguiar, no município de Grajaú no estado do Maranhão, é o segundo de três irmãos, filhos de Paulo Sousa Aguiar e Ricarda Maria dos Santos. Família humilde, em busca de melhores condições financeira, o pai atraído pelas promessas de sucesso nos garimpos que estavam “explodindo” no Norte de Goiás, hoje estado do Tocantins, segue rumo ao Garimpo do Chiqueirão<sup>6</sup> deixando esposa e filhos no Maranhão, onde não mais retornou, a família apenas teve notícias da sua morte no garimpo, notícia muito comum entre as famílias de garimpeiros, devido às incertezas da vida no garimpo, como relata o entrevistado Manuel Gomes de Sousa.

*O garimpo é o seguinte, muitos chegam hoje, vêm do Maranhão, do Piauí, do Ceará, Pernambuco, chega hoje, arruma um patrão, amanhã vai para o garimpo de manhã, vai bem em cima da mancha de cristal, pega, vende e volta no outro dia, vai embora. E outros passa dois, três, quatro, cinco anos, morre no garimpo e não faz nada, tudo é por sorte. (TREZZA, 2017).*

Aos sete anos de idade José fica órfão, e junto com seus irmãos foram morar com sua avó materna, no mesmo município, onde residiu por quatro anos, até o falecimento desta senhora, ocasionando assim a separação dos irmãos, que por motivos de adoção acabaram em famílias distintas. Sr. José foi adotado pela irmã da sua falecida avó, sra. Inês Rodrigues dos Santos, casada com o sr. Francisco Rodrigues Choa, popularmente conhecido por Chico Choa, o casal já tinha três filhos todos mais velhos que José, os quais eram Antônia, Zezinho e Dalva.

Em sua nova morada José conseguiu frequentar a escola em um curto período, um mês, mas que foi de grande valia a sua vida o que instigou seu gosto pelo saber e assim com esforço próprio aprendeu a ler. Privado da educação e de outro direito de criança, logo José, passou a ser Zé Pretin, e descobrir que a família Choa não havia ganhado mais um membro e sim mais uma mão - de - obra. Trabalhava em todas as atividades desenvolvidas pela família como, cultivo e colheita da cana, de fumo, de algodão, de arroz, de milho, de mandioca, de melancia, de feijão, da fava, quebrar coco babaçu e tecer tecidos. De acordo com José de 1964 a 1971 a principal atividade desenvolvida pela família era cultivo e beneficiamento da cana - de - açúcar, obtendo a rapadura como produto principal.

A necessidade de assegurar um teto e alimentação diária, fez com que Zé Pretin, “o faz tudo” da propriedade, aprendesse vários ofícios, desde a confecção de móveis a preparação de

---

<sup>6</sup> Garimpo de cristal que se localizava na margem direita do rio Araguaia, região norte do estado de Goiás, atual estado do Tocantins, na área onde hoje localiza-se o município de Xambioá- TO.

alimentos, tendo em vista que, as atividades do dia - a - dia eram postas a cargo de José, que mesmo com pouca idade era submetido a fazê-las. Segundo relato de José, quando argumentava que Zezinho, o filho do casal que quase não tinha atribuição na propriedade, não ajudava com as tarefas, ouvia a seguinte frase: “*O Zezinho tem pai e mãe por ele, você que não tem ninguém*”. E assim seguia sua vida de trabalho sem tempo para repouso de doença, nem brincadeiras de infância e muito menos, tempo de lazer, que segundo ele o lazer da época era os forrós de fim de semana nas casas das famílias vizinhas.

A fim de ter o direito de participar dos forrós, José aprendeu a tocar pandeiro, para poder acompanhar Zezinho que tocava sanfona, e assim participava das festas e ainda conseguia um trocado embora não pudesse ficar com todo o dinheiro conseguido, porque a família alegava que ele tinha que contribuir com as despesas da casa, mesmo com todo o trabalho prestado no dia a dia da propriedade. Com pouco acesso a dinheiro, José era restringido de ter roupas e calçados em bom estado de conservação.

Mesmo perante as adversidades e opressão da vida de adotado, José sempre foi grato a família Choa pelo acolhimento e o direcionamento a vida de camponês, mas havia um crescente desejo de conquistar a autonomia pessoal, e um episódio que lhe deixou mais próximo de alcançar tal autonomia foi a construção de um curral para a família Choa, onde José machucou a perna, mas mesmo assim era obrigado a desempenhar as funções corriqueira, seja trabalhos leves ou pesados, atraindo assim a atenção de uma família vizinha que estava com viagem marcada a Tocantinópolis, cidade mais desenvolvida da região, na época, porém pertencente ao Estado do Goiás, hoje Tocantins. O vizinho foi até Chico Choa e pede autorização para levar José a Tocantinópolis para que pudesse tratar a perna machucada e que com quinze dias estariam de retorno a Grajaú, fato que não ocorreu de retornar.

## 1.2. DE TOCANTINÓPOLIS AO PARÁ

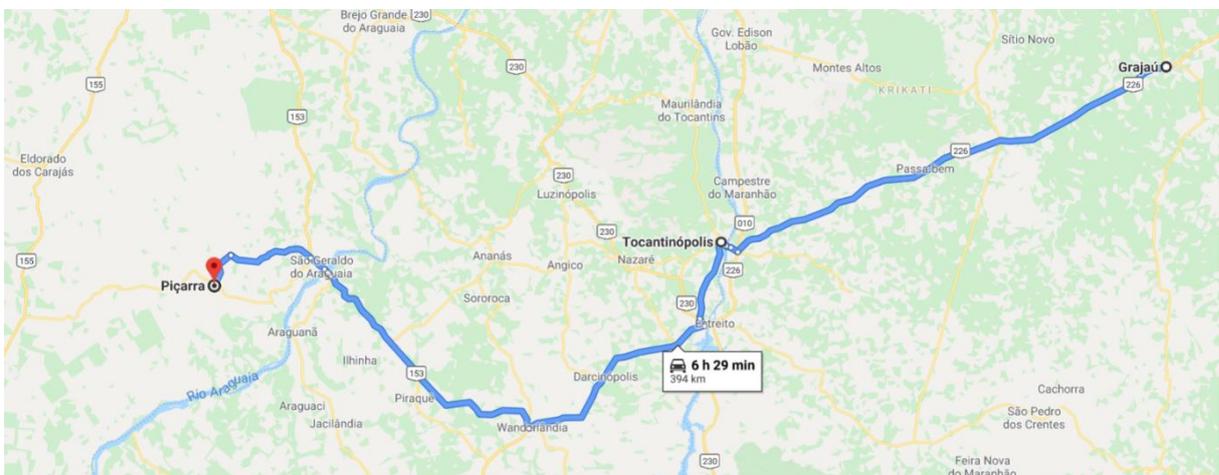
Pessoa humilde, trabalhador, carismático e de fácil convivência, essa é minha descrição pessoal de José Martins Aguiar com quem convivi por sete anos, e acredito que por essas qualidades que segundo relato, logo que chegou a Tocantinópolis foi convidado a trabalhar com o sr. Miro Barbosa, na limpeza de terras para plantio de cereais, onde permaneceu até completar o tratamento da perna que estava machucada.

A muito tempo José vinha alimentando o desejo de ir para o Mato Grosso, então, em Tocantinópolis percebeu que essa era a sua oportunidade, assim chegando o dia de retornar a

Grajaú, apenas mandou recado a família Choa que dali seguiria viagem em busca de conquistar seu pedaço de terra e garantir sua autonomia de vida.

Era crescente o fluxo migratório rumo ao Pará devido ao incentivo político da época, e como o atrativo era a tão almejada posse de terra, o destino de José foi alterado, tendo em vista coincidir em encontrar em Tocantinópolis um tio maternos que já detinha a posse de terra na margem do Rio Araguaia e estava buscando a família e uma tropa de jumentos, convidando Zé Pretin a ingressar na caravana que durou 22 dias a pé de Tocantinópolis a Araguaã, povoado no norte do então, Estado de Goiás, situado a margem direita do rio Araguaia.

Logo na travessia do rio rumo a margem paraense, Zé Pretin encontrou trabalho com o barqueiro, que é conhecido na Região como Pedro Bela, o qual estava com uma roça de arroz em uma localidade próxima, conhecida como Barra do Caiano<sup>7</sup>. Assim Zé Pretin realizou a colheita do arroz e ao concluir foi chamado a ir a Xambioá, na época município goiano, hoje tocantinense, para trabalhar no beneficiamento de madeira, confeccionando canoa e no forno da olaria de telha, a qual também pertencia a família de Pedro Bela. No ano seguinte José voltou ao lado paraense para trabalhar na roça juntamente com o sr. Raimundo, este, que logo passou a ser conhecido na região como Raimundo da Durvalina, pois casou-se com a sra. Durvalina, esta irmã da futura esposa de Zé Pretin, que no ano seguinte casou-se com Doralice. Após o casamento José e esposa foram morar na terra do sr. Francisco, conhecido como Ciço Bela, irmão do Sr. Pedro Bela, a propriedade de residência de José situava na Barra do Caiano local onde residiu por dois anos.



**Figura 2:** Trajeto percorrido por sr. José até seu estabelecimento no Pará. *Fonte Google maps.*

<sup>7</sup> Localidade onde há o encontro do córrego por nome Caiano e o Rio Araguaia, situado em frente ao então município de Araguaã, abaixo do porto da balsa.

Na figura 2 está retratado o percurso migratório do sr. José, o qual possibilita observar que, em seu trajeto o camponês teve acesso a Estados distintos e, por conseguinte a povos e culturas como novas características, as quais não estavam de acordo com o seu cotidiano até o presente momento, lhe possibilitando amplificar sua visão de mundo e propiciando maiores experiências de vida.

### 1.3. CONJUNTURA POLÍTICA LOCAL

A região Sudeste do Pará, representada em verde no mapa 1, ficou conhecida no Brasil apenas como palco de disputas agrárias, pelas morte e violência no campo, as quais quase sempre recaí sobre os desfavorecidos de capital e poder político. Esse distorcido reconhecimento nacional é atribuído a Guerrilha do Araguaia, por ser o primeiro grande ato político de opressão nacional,



**Mapa: 1:** Representação cartográfica das mesorregiões paraense.

indiretamente aos trabalhadores rurais, que escapou do anonimato controle opressor do governo militar e conseguiu atrair atenção de outras organizações. Complementado pelos grandes projetos de cunho “desenvolvimentista” (dentre estes os grandes garimpos, como o de Serra Pelada) e pelo Massacre de Eldorado dos Carajás. Mas como a força política está na ideologia, esta foi

acionada de forma a distorcer o real acontecimento e justificar a opressão sangrenta ocorrida na região.

Em verdade ousou afirmar que diante dos acontecimentos que culminou na guerrilha e em disputas agrárias que se estendem até os dias atuais são de inteira responsabilidade da gestão nacional, por sua errônea política de desenvolvimento direcionada a esta região, mas como sempre o povo sofre as consequências e o governo lucra com o prejuízo do povo. Neste contexto Mechi, (2013, p 168) aponta que:

Durante os anos 50, uma onda migratória direcionou-se para a região do rio Araguaia no ponto em que os estados de Goiás (atual Tocantins), Maranhão e Pará fazem fronteira, composta principalmente de pessoas que vinham do nordeste e do centro-oeste brasileiro. Essas pessoas lá se estabeleciam e tomavam posse de um pequeno lote de terra com

relativa facilidade, já que o latifúndio ainda não havia se instalado com toda a força na região.

Foi durante essa onda migratória que em 1971, José chegou ao Pará, mas como já decorria alguns anos desde o início da incentivada migração de falso cunho desenvolvimentista, o clima de tensão político social já estava acionado conforme assinala Mechi (2013, p.169),

Ao investigar a atuação camponesa no Araguaia, um dos aspectos que mais chamava a atenção era a grande quantidade de pessoas que, quando da deflagração da guerrilha em 1972, estava a pouco tempo na região. Os mais antigos estavam no Araguaia há apenas vinte anos e eram raros os nascidos lá.

E nesse clima de tensão, sem solução das demandas sociais para esta região, ou seja, o descaso do governo para como povo local deflagrou a guerrilha, conforme elucidada Mechi (2013, p. 168),

A guerrilha do Araguaia ocorreu entre 1972 e 1975 na região que compreende o sul dos estados do Pará e do Maranhão, além do norte do estado de Goiás (atual Tocantins). Envolveu cerca de 70 militantes do Partido Comunista do Brasil, partido que a organizou, e algumas dezenas de moradores que se incorporaram ao movimento. Trata-se uma área em que a presença do Estado, no que se refere ao atendimento às demandas sociais, é bastante pequena na atualidade e praticamente inexistente durante as décadas de 60 e 70.

Segundo relato do sr. José, durante o ato de repressão dos guerrilheiros, muitos agricultores, moradores locais que nada tinha a ver com o movimento sofreram danos físico e moral por parte do exército que se estabeleceu na região, viviam em constante tensão, tendo em vista que a qualquer momento poderiam ser acusados de ajudar os guerrilheiros ou forçados a colaborar com o exército.

A localidade que sr. José residia ficava em frente a base do exército, em Araganã, separados apenas pelo rio Araguaia. Segundo ele, conheceu alguns guerrilheiros e presenciou a prisão e morte de alguns, ato que o exército demonstrava para intimidar a população. Relata ainda que o exército quando chegou a região alegava que, estava ali para realizar a apreensão de terroristas, o que confundiu o povo dali, pois os chamados terroristas, nunca tinham feito dano a nenhum dos residentes, pelo contrário, ajudava com medicação, orientação e até mesmo alimento, isso antes de começarem a perseguição.

Em outro relato ele lembra que o exército fazia controle dos alimentos das famílias, ou seja, ao ir comprar os mantimentos tinham que passar pelo posto do exército para relatar a quantidade de pessoas na residência o quanto ia comprar de mantimentos e quanto tempo duraria até a próxima compra, esse controle servia para o exército saber se as famílias estavam ajudando os guerrilheiros, portanto se acabasse ou sobrasse até o dia marcado a família sofria repressão.

José afirma que presenciou muitas ações militares na região, mas que, conseguiu viver este período sem sofrer nenhum tipo de retaliação por parte deles, segundo ele faziam o possível para não dar motivo para tal, concentrava em seu trabalho no roçado e acostumado a sobreviver com pouco e com frutos do seu trabalho da roça conseguia ficar à margem das vistas do exército.

Concluindo Peixoto (2011) afirma que, a maior dimensão da guerrilha tem a ver, principalmente, com o massacre promovido pelo Estado – ainda que executado pelo relativamente autônomo setor de informações –, ao torturar impiedosamente centenas de camponeses da região e executar prisioneiros rendidos, em clara violação aos direitos humanos e em total desacordo com tratados internacionais.

#### 1.4. CONSIDERAÇÕES

De início é importante aclarar que a ótica de discursão atribuída à história de vida do sr. José é dada dentro do contexto da época, deixando a margem alguns pontos alarmantes quando avaliados a partir do contexto atual. Assim o destaque e discursão será direcionado a vida agrária do ator deste trabalho, principalmente por respeito ao próprio entrevistado, que sempre fez questão de ressaltar o aprendizado obtido neste momento da sua vida que o direcionou até os seus dias finais, seja na condução das suas atividades agrárias, como na forma de tratamento atribuída a sua família e educação dos seus filhos e valores repassados a eles.

Deste modo, Moura (1988, p. 9) profere que, o cultivo da terra marcou de modo decisivo as formas de organizar a vida social, mas afirma também que, o campesinato é sempre um polo oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e poder, que dele extraem diferentes tipos de renda em trabalho, em dinheiro. Desta forma a autora caracteriza o camponês como aquele que:

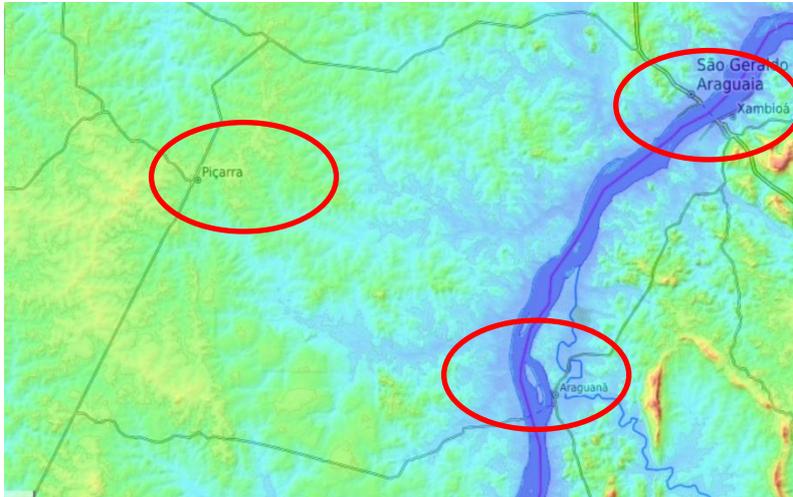
Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinadas tarefas. Seu conhecimento do campo e do espaço é profundo e já existia antes daquilo que convencionalmente chamamos de ciências.

É esse olhar que estar presente nesta etapa de vida do Sr. José, que para muitos pode ser vista apenas como fase sofrida da sua vida, mas ele viu como fase de aprendizagem, foi a sua formação para a almejada vida de produtor familiar, isso partindo da visão de que o produtor é o

ator fundamental no trabalho a terra, é ele quem decide o que planta, o que vende e para quem vende. E como aclara Woortmann e Woortmann (1997), a transmissão do saber para o trabalho faz-se no próprio trabalho, pois o saber é um saber fazer, parte da hierarquia familiar, os autores complementam ainda que, a transmissão do saber é mais do que transmissão de técnicas, ela envolve valores, construção de papéis, etc.

Em suma este capítulo cumpre a função norteadora para o entendimento da importância das raízes histórica pessoal e o quanto contribui para a vivência de mundo, um exemplo desta contribuição, mesmo que grotesca é a sobrevivência de José no período da guerrilha, pois vindo de um lar opressor lhe preparou para suportar momentos difíceis, estes não apenas com resistência física, mas com resiliência, característica essa que levou até seus dias finais.

## CAPÍTULO 2: A INFLUÊNCIA DA GUERRILHA DO ARAGUAIA NA FORMAÇÃO ÉTNICO TERRITORIAL DA MICRORREGIÃO ALTO BONITO – PA.



**Figura 3:** Imagem topográfica da microrregião situada no contexto da guerrilha do Araguaia. Fonte adaptado de: <https://pt-br.topographic-map.com/maps/g2lk/São-Félix-do-Xingu/>

O destaque neste capítulo é o resultado da guerrilha e o seu legado para a região, primeiramente discutido de acordo com a ótica de Mechi (2012) que logo de início faz crítica aos poucos relatos bibliográficos que caracteriza a população local, conforme aclara a autora:

As referências a guerrilha do Araguaia na historiografia centram-se na análise dos guerrilheiros e dos militares e soa pouco esclarecedora ao tratar da população que se encontrava na região. A ênfase da bibliografia sobre o tema privilegia as ações dos militares e as representações da população só aparece subsumida a um desses segmentos. p.32.

A discursão segue com base no trabalho de Peixoto (2011), que descreve as barbáries ocorridas no decorrer da guerrilha por meio de relatos dos participantes da repressão, elucidando ao mesmo tempo o clima de tensão e represália, por parte de militares presente na região, mesmo após o fim da guerrilha. Para complementar a discursão de tensão pós guerrilha, Pessoa e Conceição (2017).

Desta forma, este capítulo se justifica por sua finalidade de explanar o processo inicial de desenvolvimento sociopolítico desta região permitindo a compressão do processo de apropriação territorial e a bagagem cultural constituída nessa ação. Deste modo, a discursão é concluída com a realização de análise de construção sociocultural a partir do contexto de imigração resultante do denominado processo de integração nacional, suplementados pela implantação dos chamados grandes projetos, exploração de garimpo e a política de colonização. Isso com base no recorte do trabalho de Silva (2006).

## 2.1. O LEGADO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA À POPULAÇÃO LOCAL

Diante da forte repressão sofrida no decorrer da guerrilha o clima de insegurança e desconfiança dos agricultores frente as lideranças política foi o primeiro legado da guerrilha que perdurou por muito tempo, assim como as forças de repressão também perdurou na região. Desta forma Mechi (2012, p.32) comenta que:

Ouvir os camponeses e recuperar suas experiências nos anos 60 e 70 não é algo simples. Durante muitos anos eles se calaram com medo das represálias do exército. Muitos ainda se calam por não suportar relembrar as sevícias sofridas...

Nos relatos bibliográficos oficiais da guerrilha encontra-se que, os guerrilheiros objetivaram lutar contra a ditadura militar e fomentar, a partir do campo, uma democracia popular no Brasil. Mas, é sabido que, a verdade escrita nem sempre é a verdade completa, portanto diante do relato de quem conviveu no mesmo ambiente que os guerrilheiros antes e após guerrilha e na condição de oprimido, ousou afirmar que, a ocorrência da guerrilha pode ser apontada por parte dos militantes como ação reivindicatória de atenção governamental a população oprimida do interior, à espera da modernização técnica da agropecuária, pregada pelo governo militar. Mesmo que fosse intencionalmente uma manifestação da oposição política, mostrar que estava certa, em ser contrária a implantação da política de desenvolvimento agrário vigente.

O principal percalço dessa política de modernização é que, não incluía os camponeses, estes deveriam permanecer na condição camponesa assalariado, para que pudessem fomentar a mão de obra da “modernização” vindoura. Complementando tal afirmativa Vale, Lima e Bonfim (2012), apontam que, dependendo dos interesses do capitalismo, os migrantes são deixados ao inteiro abandono ou são, ao mesmo tempo, atraídos e induzidos a fornecer mão-de-obra necessária aos chamados projetos.

Várias vertentes levaram a realização das afirmações anteriores, a principal além do relato dos camponeses local é a política de incentivos fiscais, que visa atrair e manter investidores na região amazônica, ou seja, logo de início já estar mascarado a verdadeira intenção das ações de incentivo a migração interna dos camponeses. Estes na intenção do governo, não vão como pleiteadores de terras, como supunham, mas fornecedores de mão de obra aos empresários denominados investidores do desenvolvimento amazônico. Esta intenção oculta fica cada vez mais clara no período pós guerrilha, conforme expressado a seguir.

Alguns jornalistas, como Tais Morais e Eumano Silva, articulam memória e presente e revelam o esquecimento que perdura: “A presença dos guerrilheiros na Amazônia fez a

ditadura olhar para a região abandonada. O governo militar construiu estradas e realizou Ações Cívico Sociais esporádicas e ineficientes. O povo continuou abandonado”. Peixoto (2011, p. 483) *apud*, Moraes e Silva (2005, p. 14).

Ainda nesse contexto de incentivo mascarado, Peixoto (2011, p.490) afirma que, o que veio depois da guerrilha, com a ordem repressora que se instalou na região, foi o ‘progresso’, rápido no que diz respeito à dominação da natureza, a ponto de transformá-la quase toda em pasto. O autor segue afirmando ainda que, o denominado “progresso” foi rápido também na concessão de facilidades pelo Estado, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e de outros agentes, a projetos agropecuários, que se instalaram com créditos bancários fartos, incentivos fiscais e desrespeito as obrigações trabalhistas. Mas, ao mesmo tempo o referido autor aclara que:

A guerrilha é uma história suspensa no tempo, porque tanto seu desfecho, infamado por execuções e desaparecimentos, como seus ideais, sintetizados em 27 pontos 13 que falavam de direitos, entre os quais o de terra para trabalhar, continuam abertos. Uma história pendente, enquanto o país, 36 anos depois de os chamados ‘setores de inteligência’ tentarem silenciar o episódio sem deixar vestígios, é condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo desaparecimento de 62 pessoas e por não ter punido os responsáveis. Peixoto (2011, p.486).

A seguir Peixoto (2011, p.489) complementa que, a memória da guerrilha está viva, mas reprimida, inclusive fora dos currículos escolares, quando se trata de fato histórico de grande relevância para o entendimento do que é hoje a região. Segundo o autor, a Guerrilha do Araguaia foi um fato seminal na história, quase tudo o que aconteceu depois na região se relaciona ao episódio.

O legado da guerrilha de maior apoio a formação da microrregião Alto Bonito foi a aproximação de entidades de defesa aos camponeses, dentre essas a igreja católica, que fez frente a defesa campesina diante de massacres ocorrido por disputas de terras, e opressão dos trabalhadores rurais por parte dos latifundiários. Pessôa e Conceição (2017 p.66), explana como se deu esse processo de participação da igreja:

O Concílio Vaticano II (1962) e a II Assembleia Geral da Conferência Episcopal Latino-americana (Medelín, 1968) possibilitaram algumas mudanças importantes na Igreja Católica, como o estímulo à participação dos leigos, a crítica ao capitalismo e à miséria. Essa reorientação da Igreja Católica, que aproximou setores católicos dos sujeitos sociais em luta pela terra, ocorreu por diversas razões. Para uns, tal reorientação teria ocorrido em razão da proximidade de pensamento de setores da Igreja com visões antes visceralmente combatidas, como o marxismo, gerando aquilo que Michael Löwy chamou de “Cristianismo de Libertação”. Para outros, seria uma resposta à aproximação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) das lutas camponesas para com ele disputar as “bases” dos setores populares em luta pela terra, assim como em relação às Ligas Camponesas, já que as ações desses dois grupos, ao investirem nas lutas dos camponeses, “levaram à

mobilização da Igreja Católica numa ampla cruzada de organização e conscientização dos trabalhadores rurais”. Seja como for, o fato é que muitos religiosos e agentes pastorais leigos produziram discursos e ações em favor dos camponeses, bem como inúmeros documentos que nos ajudam a compreender a dinâmica dos conflitos agrários no sudeste paraense. O jornal O Grito da PA 150: Terra e Liberdade produzido pela equipe da Diocese de Marabá é um exemplo disso.

Assim em apoio aos camponeses que, diante da política migratória, ficaram sem apoio ou assistência governamental, entidades como, Comissão Pastoral da Terra - CPT<sup>8</sup> e Comunidade Eclesiais de Bases – CEBs<sup>9</sup>, tiveram grande importância aos camponeses frente ao apoio assistencialista e de defesa prestados a eles na luta pelo seu estabelecimento e posse de terra.

Diante do acontecimento da guerrilha e o seu desfecho, ficou insustentável manter a situação regional em segredo do resto do país, de tal modo, a região conseguiu atenção de entidades nacionais e internacionais, gerando assim pressão sobre o governo que diante de tal fato foi obrigado a tomar medidas de assistência a população local, mesmo que esta fosse de cunho controlador e opressor. Iniciou a abertura de estradas vicinais pelo batalhão do exército, propiciando a formação das vilas interioranas, houve o incentivo à organização sindical, o qual ficou reconhecido entre os camponeses como Sindicato dos pelegos<sup>10</sup>, e como representante regional estavam, Bertoldo Siqueira de Lira<sup>11</sup>, Djaci e Sandoval Feitosa, propiciou ação de reforma agrária pelo então, Grupo Executivo de Terra do Araguaia Tocantins – GETAT, este foi um decreto de lei criado com a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias a regularização fundiárias do sudeste paraense, norte de Goiás e oeste do Maranhão. Pessoa e Conceição (2017), a seguir, relatam mais ações do governo ocorridas nesse período.

Após a Guerrilha do Araguaia e os conflitos que se seguiram de maneira ininterrupta nas décadas seguintes, o Exército realizou inúmeras “campanhas cívicas”, como eram chamadas pela imprensa as ações em diversas cidades do interior da Amazônia, cujas atividades variavam de consultas médicas a tiragem de documentos. A “operação relâmpago”, denominação criada pelo Comando Militar da Amazônia, tinha como objetivo, segundo reportagem do jornal A Província do Pará, “ajudar a população pobre

---

<sup>8</sup> CPT é um órgão da conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada em plena ditadura militar como resposta a grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve importante papel na defesa das pessoas contra a crueldade deste sistema de governo.

<sup>9</sup> CEBs são comunidades inclusivas ligadas principalmente à igreja católica, que incentivadas pela teologia da libertação após o Concílio Vaticano II (1962-1965) se espalharam principalmente nos anos 70 e 80 no Brasil e na América Latina.

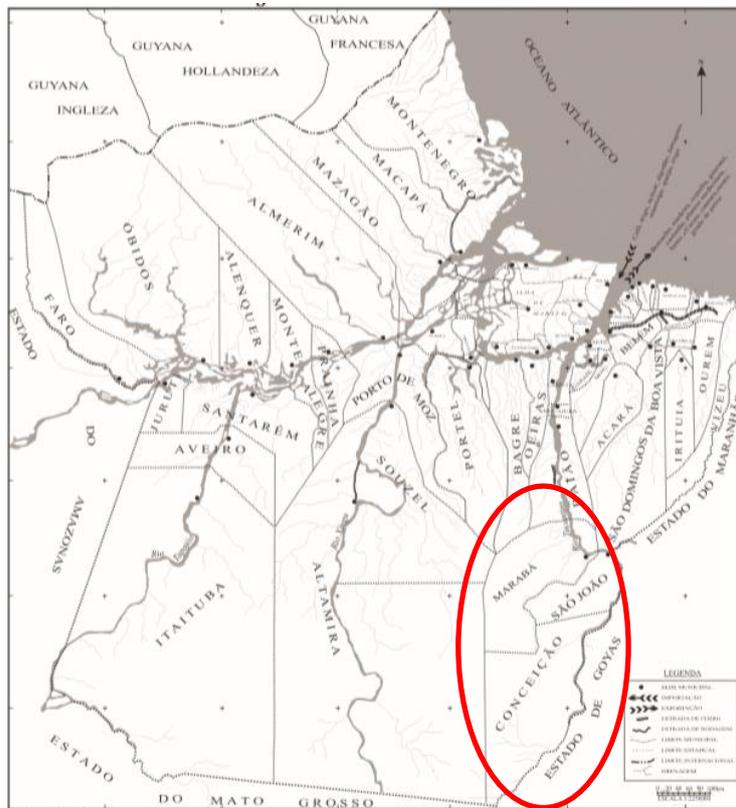
<sup>10</sup> Segundo os entrevistados, o apelido surgiu devido ao fato de o sindicato não atender as necessidades dos trabalhadores, mas sim dos fazendeiros ricos. “*Fingiam está do lado dos trabalhadores para tardar ou impedir as lutas pela posse de terras*”.

<sup>11</sup> Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Conceição do Araguaia de 1975-1985, oficial do exército, colocado no cargo pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

do interior nos seus problemas mais imediatos”. Contando com diversos órgãos federais, as ações eram variadas: “[...] O INPS levou um grupo de assistência médica, o Funrural filiou trabalhadores, o Ministério do Trabalho transmitiu noções sobre sindicalização, o MEC projetou filmes educativos e distribuiu cartilhas e cadernos”. Além da assistência em saúde e educação, nos chama a atenção a “transmissão”, por parte do Ministério do Trabalho, de “noções sobre sindicalização” e da filiação de trabalhadores pelo Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural). Além da tentativa de afastar a influência dos “agentes da subversão” entre os camponeses, as medidas supracitadas objetivavam manter e ampliar a tutela em que viviam os sindicatos em relação ao Estado. pág.72.

## 2.2. CONTEXTO HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PIÇARRA- PA

Visando melhor compreensão da situação territorial dessa região, é preciso esclarecer que, todo o território alvo deste relato fazia parte do município de Conceição do Araguaia, conforme ilustra o mapa 2. Em 1982 houve o desmembramento do município e toda esta região passa a



**Mapa 2:** Representação cartográfica dos municípios paraenses com ênfase na região sudeste. Fonte: Adap. Tavares (2010) apud Braga (1918).

compreender parte do município de Xinguara, cuja sede encontra-se no entroncamento das antigas PAs 150 e 279.

Em 1988 acontece novos desmembramentos territoriais, originando novos municípios dentre eles São Geraldo do Araguaia, cuja sede fica a margem esquerda do rio Araguaia enfrente a Xambioá, esta, situada no outro lado do rio. Por conseqüências das novas formações municipais, o território em estudo, passa ser parte do município de São Geraldo do Araguaia.

Referente a criação de novos municípios brasileiros a partir do final dos anos de 1980, Tavares (2010, p.72), observa que:

Pela Constituição Federal de 1988, estabelece-se a autonomia político administrativa e financeira dos municípios (art. 51), o que representa autonomia para elaboração da própria lei orgânica. A criação de municípios, segundo a recente Constituição, será feita observando-se a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, obedecendo lei complementar estadual, mediante plebiscito, vedando-se a criação, de

município que inviabilize economicamente o município de origem ou que tenha denominação igual a de outro já existente no país.

Nesse período, já estava em desenvolvimento a nova sede municipal dessa região, cuja origem se deu em 1978. Quando, com o fim recente da Guerrilha em 1974, e ainda diante do clima de tensão por parte do exército, ante a possibilidade de surgir novos levantes, resquício do movimento dos guerrilheiros, o 2º Batalhão do exército de Engenharia e Construções – BEC, foi designado a região para construir estradas de acesso ao interior do município, alegando como objetivo, aproximar as extremidades municipais e acessar o interior. Dessa forma, o real motivo foi mascarado, cuja, verdadeira intenção, era estratégia de combate, controle e acesso aos mateiros. Mas a justificativa anterior era válida e de certa forma também beneficia a população local, diante do real distanciamento da sede municipal, pois como já mencionado anteriormente toda essa região, na época, pertencia ao município de Conceição do Araguaia, conforme representa o mapa 2, e a sede municipal estava muito distante, e o acesso mais viável era o rio Araguaia, como pode-se observar no anexo 1.

Assim o 2º Batalhão de Engenharia e Construções do exército, realizou a abertura da rota de acesso de São Geraldo do Araguaia a Itaipava, povoado localizado também a margem do rio Araguaia, sendo esta rota, denominada pelo exército, estrada operacional<sup>12</sup> (OP1). Esse percurso compreende cerca de 90 km, sendo que, aos 45 km de São Geraldo do Araguaia, o BEC estabeleceu sua base, devido a existência de uma cascalheira de onde era retirado a piçarra para fomentar as estradas que estavam sendo construídas, pois o BEC também era responsável pela abertura de estradas vicinais dos assentamentos que estavam sendo criados pelo GETAT.

Então com o estabelecimento dessa base e devido a estrutura de assistência à saúde que a compunha, foi atraindo a presença e estabelecimento de pessoas que viviam na região. Esta localidade acabou por ser um entroncamento que dava acesso a antiga PA 150, rota de acesso a Xinguara; acesso a rota Itaipava – São Geraldo do Araguaia; e a margem do rio Araguaia, que dava acesso a Araganã, atual município do estado de Tocantins, conforme está representado na figura 3.

---

<sup>12</sup> Três estradas Operacionais (OP-1, OP-2 e OP-3) foram abertas pelo Exército para a movimentação de suas tropas. A OP-3 liga a rodovia Transamazônica ao povoado de Santa Izabel, às margens do rio Araguaia; A OP-2 (atual BR-153) une a referida rodovia a São Geraldo do Araguaia passando por dentro da cidade de São Domingos do Araguaia e da Aldeia Sororó, dos índios Suruí Aikewara; já a OP-1 possibilita acesso entre a OP-2 e a OP-3. Pereira (2015, p62).

Segundo relatos de pioneiros, a primeira denominação do local foi, Sobra de Terras, devido ser “sobra” das terras da união entre as fazendas de Neif Murad<sup>13</sup> e a fazenda da antiga Industria Madeireira do Pará - IMPA. Com o passar do tempo a ênfase foi dada a função do local, fornecimento de material de manutenção das estradas, passando a ser denominada entre os residentes locais de Acampamento da Piçarreira. Outro nome mencionado pelos entrevistados, foi Cruzelândia, tentativa de oficializar um nome ao povoado que estava em constante crescimento, este nome fez referência a situação do povoado perante as rotas de acesso. Mas no fim perdurou Piçarra, nome oficial do município.

Assim, diante do crescimento populacional em função da agropecuária e disputas por terras nessa região, foi acendendo a manifestação política de emancipação do município, de tal modo que, com a Lei nº 5.934, de 29 de dezembro de 1995 ocorreu o desmembramento do município de São Geraldo do Araguaia, sendo instaurado o Município de Piçarra em 01 de janeiro de 1997, com a posse do primeiro prefeito, sr. Milton Pereira de Freitas. De tal modo que o mapa regional ficou com novos recortes territoriais, conforme expressado no anexo 2.

### 2.3. CONSIDERAÇÕES

Diante do contexto deste capítulo nasce a discursão relacionada a formação cultural desta região, que como apresentado até o presente momento, torna possível perceber que não há citação relacionado a população nativa do estado, como por exemplo índios, e nem possíveis quilombos, isso porque realmente durante esse período descrito não há indícios desses moradores. Acreditasse que devido à localização e por ser a porta de acesso ao estado e a região amazônica, se existiu esses moradores nesta localidade, com o início da desbravação foram migrando para áreas interioranas e norte do estado. É nesse contexto que Silva (2006, p. 48) apresenta:

O Censo Demográfico de 1991 registrou que 45,84% da população do Sudeste Paraense era de pessoas que haviam migrado há menos de dez anos para o município onde residiam. Dentre essas, 28,33% não residiam no estado do Pará em 01.09.1986. Os principais lugares de residência anterior, para aqueles que haviam migrado a menos de dez anos, eram: Pará (44,35%), Maranhão (23,49%), Tocantins (10,97%), Goiás (5,05%), Minas Gerais (2,71%), Bahia (2,61%), Piauí (2,43%) e Ceará (1,90%). Em Marabá, 35,42% dos seus habitantes haviam migrado há menos de dez anos para o município, com residência

---

<sup>13</sup> Proprietário de 50 mil hectares espalhados por seis fazendas no sul do Pará. Fazendas Novo Mundo, Aldeia, São José, Cigana e lotes 7 e 8 do Loteamento Itaipava, as quais, situavam no atual município de Piçarra. Fonte: blog Amazônia Hoje, A Nova Colônia Mundial – por Lúcio Flávio Pinto, <https://amazoniahj.wordpress.com/category/fazendas/> acessado em 03/02/2020.

anterior nos estados do Pará (38,43%), Maranhão (33,72%), Tocantins (5,98%), Ceará (4,38%), Piauí (3,92%) e Bahia (2,47%).

Embora os dados apresentados por Silva sejam de pesquisas realizada em Marabá, não distancia muito da realidade dessa região quando apresenta a origem dos imigrantes, e isso se deve a política integração nacional do governo militar, incentivando a migração, a qual foi fortalecido pós guerrilha durante o processo de formação de assentamentos da reforma agrária atraindo atenção de muitos camponeses com o sonho de tornar-se proprietário de terra.

Dessa forma acontece a mescla cultural, tendo em vista que, cada imigrante chega com sua bagagem cultural e visão de mundo própria, mas que de forma sutil acontece a partilha e apropriação de costumes. Por conseguinte, para pensar essa conjuntura concordo com Silva (2006), quando alega que, a proposta não é pensar a diferença cultural fora de qualquer relação ou questionamento. Mas segundo a autora, deve-se considerar, de um lado, as mediações ideológicas e socioculturais que constituem os sujeitos socialmente situados. De outro lado, supõe-se que a negociação cultural deve levar ao questionamento dos próprios sistemas de referência.

Em outro momento Silva (2006) afirma que, o contexto das relações entre migrantes pode significar um aprendizado da convivência com o diferente, uma abertura à relação, mas também separações e tensões frente às diferenças e desigualdades que podem gerar situações de discriminação e opressão. Esse apontamento da autora traz a memória as piadas regionais direcionadas principalmente aos maranhenses como por exemplo, quando refere -se a “mãe de leite do maranhense”, é uma chacota perante a culinária deste povo, que faz muito uso do leite de coco babaçu. Embora tenha usado o maranhense como exemplo, é sabido que o preconceito cultural não se estende apenas a eles, mas em grande parte ao nordestino no geral, e que, é reproduzido mesmo com os descendentes desse povo nascido na nova região, que pelo reprodutivismo automático perpetua o hábito do preconceito. Novamente reafirmo o uso de exemplo, mas que não se limita ao um determinado povo ou cultura, qualquer povo ou indivíduo fora da sua zona cultural está sujeito ao preconceito cultural, seja pelo hábito da fala, da culinária, das manifestações culturais (dança, música) e até mesmo do físico corporal.

Através do relato dos entrevistados, percebe-se que a igreja teve um papel muito importante nessa mescla cultural, devido esta ser o ponto de encontro de todas as culturas, e nos seus encontros, caminhadas e movimentos, que a igreja católica, muito atuante na região, proporcionou muitos ambientes de intercâmbio cultural, propiciando assim a formação da nova cultura.

Exemplo dessa mescla cultural está presente na culinária, que não assemelha em nada a culinária destaque do estado, na música, que na maioria das vezes segue a tendência do centro oeste brasileiro, e até mesmo a fala, constitui um sotaque próprio que diferencia do sotaque dos nativos nortista.

Portanto, novamente concordo com a colocação de Silva, (2006) quando afirma que, as trajetórias de vida do migrante (diferentes lugares e atividades) são núcleos importantes de valor, porque nelas realizaram-se as experiências que podem conferir-lhe reconhecimento. Dessa forma a autora complementa ainda que, poder falar de vários lugares, ter desenvolvido diversas atividades profissionais e ter conhecido pessoas diferentes significa um acúmulo de conhecimento e sabedoria. Uma delas é aprender a conviver. Características bem identificável no ator principal deste trabalho, sr. José Martins Aguiar.

Outro ponto a ser ressaltado nessa mescla sociocultural, são os impactos ao agroecossistemas, que conforme explica Marinho (2016, p. 58) *apud* Oliveira, Veiga e Tavares (2005):

As diversidades sócio-culturais existentes entre os camponeses nas comunidades rurais do Sudeste Paraense têm desafiado o processo produtivo, pois, esta região é marcada por uma presença massiva de migrantes de outros Estados com poucos conhecimentos prévios acumulados sobre o agroecossistema local. Outra questão é ausência de instituições públicas de pesquisa agropecuária que pudessem gerar tecnologias adequadas à realidade local, em contraposição, há uma predominância de sistemas de produção, baseados na precoce e intensa pecuarização dos estabelecimentos familiares, resultante inicialmente da instabilidade da posse da terra e da falta de infraestrutura de produção, incentivado pela política pública que historicamente privilegiou a criação de gado como estratégia para garantir a posse da terra e a modernização do campo

Diante da colocação anterior é possível perceber, que além do choque sociocultural entre os produtores locais, há novamente a contribuição do governo, no que se refere a degradação ambiental, e isso se deve ao modelo de assistência técnica adotado na região, geralmente importado do centro sul do país, e aplicado erroneamente nas comunidades locais, deixando muitas vezes como única opção ao produtor a pecuarização, pois como bem menciona os autores a falta de tecnologia adequada e incentivos técnicos direcionados a realidade local deixam o produtor a mercê da pecuária extensiva.

Concluindo nota-se que, a fusão cultural demanda tempo, e neste tempo pode-se ocorrer perdas e ganhos, que influenciam tanto a cultura quanto o ambiente e a sociedade envolvida.

## **CAPÍTULO 3: A CONSTRUÇÃO TERRITORIAL DA MICRORREGIÃO ALTO BONITO – PA.**

Neste capítulo será abordado o contexto situacional da região no período de formação da microrregião a Alto Bonito, recorrendo a relatos histórico dos conflitos agrários ocorridos nas proximidades desta localidade, buscando assim identificar e constituir a base histórica da fazenda Jussara. Tendo em vista que, a construção desse capítulo estar justificada na afirmativa de Silveira (2010, p 4) quando alega que:

Avançar na construção de territórios camponeses requer, antes de tudo, destrinchar suas trajetórias históricas de ocupação e uso, o que implica entender as dinâmicas econômicas, as relações de poder e as organizações sociais territorialmente originadas. Somente a explicitação dos objetivos e interesses por trás dos projetos que marcam as disputas pelo território poderá fazer com que os atores protagonistas das iniciativas individuais de promoção de uma agricultura familiar camponesa (a começar pelas próprias famílias agricultoras) possam se identificar mutuamente e adensar suas capacidades políticas para elaborar e defender um projeto estratégico comum para o desenvolvimento territorial.

Antemão é importante aclarar que, a denominação Alto Bonito, atualmente está em desuso na região, devido as mudanças sofridas na localidade, com o passar dos anos, o que de início, pode causar estranhamento aos leitores da nova geração local. De tal modo que, este tópico, é também justificativa para o enquadramento deste capítulo ao trabalho, pois além da sua função educacional de resgate histórico, expressa a superação histórico social.

### **3.1. PROCESSO HISTÓRICO DA MICRORREGIÃO**

Conforme descrito em capítulos anteriores, o período pós guerrilha foi de grandes transformações para a região, a custo de muitas mortes e sofrimentos de camponeses e familiares, devido aos muito conflitos por posse de terra, atribuído ao embate de posseiros, grileiros e latifundiários, este último, instalados na região com apoio do governo. Tavares (2010, p. 71), descreve bem o desfecho inicial, que gerou consequência que perdura até os dias atuais, na região sudeste do estado, conforme segue:

Depois do Golpe Político-Militar de 1964, publica-se o Decreto nº 3.641 de 5 de janeiro de 1966, que visava evitar a improdutividade das terras, deixando livre a venda de terras devolutas, sem qualquer delimitação de área. A referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.780 de 27 novembro de 1967, enquadrando a venda de terras devolutas do Estado nos limites estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 10, que previa que a alienação de terras públicas só seria feita com a autorização da Assembléia Legislativa (para além de 1.000 ha.) e do Senado Federal (para além de 3.000 ha). E foi justamente nesse período, que se verificou a expedição de títulos falsos, que tornaram graves os conflitos de terras

a partir do final da década de 60, causados, segundo Benedito Monteiro, pelo desvio do Cadastro de Terras do Estado.

Foi nesse contexto de apropriação indevida de terras que nasceu o loteamento Alvorada, denominação da área segundo o GETAT, órgão de representação federal criado e designado a região na incumbência de apaziguar os ânimos dos migrantes pleiteadores de terras na área de ocorrência do combate à guerrilha do Araguaia. Conforme estar expresso no decreto-lei nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980.

Art. 1º É criado o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantis (GETAT), com a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, nas áreas de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantis, criada na forma do disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 1.523, de 3 de fevereiro de 1977. (BRASIL,1980).

Esta também, é uma área de composição da Gleba Fundação Brasil Central – FBC, resultante da unidade de desbravamento e colonização das regiões do Brasil central e ocidental, notadamente as dos altos rios Araguaia e Xingú, cujo estabelecimento foi amparado pela União Federal, com o decreto-lei n.º 5.878, de 4 de outubro de 1943. Esta expedição abriu caminho a ocupação da região e propiciou a instalação dos primeiros grandes exploradores de riquezas desse bioma, conforme está expresso a seguir:

Nos limites do art. 6.º, compete à Fundação, nas áreas territoriais feridas no art. 5.º, observando o disposto no art. 22:

1 - Promover a respectiva colonização, com metade, pelo menos, de elementos nacionais, pelo modo que julgar mais conveniente, administrando as atividades econômicas e sociais e estabelecendo os serviços públicos que julgar necessários, percebendo as respectivas contraprestações, observado o disposto na legislação em vigor (Decreto-lei n.º 5.878, art. 5.º).

2 - Explorar as riquezas naturais do solo e do subsolo, bem como a força hidráulica, ficando autorizada, por força do decreto que aprovar estes estatutos, a pesquisar e lavrar jazidas e minas, observado o disposto nas leis vigentes, especialmente na legislação a respeito de águas e minas. (BRASIL,1944)

Desta forma a região que veio a compreender a comunidade Alto Bonito é resultante da posse de terras devolutas que estavam sob domínio da fazenda Alvorada, cuja denominação conhecida atualmente na região é Fazenda Gaúcha. No período em estudo, a fazenda era de propriedade de três irmãos, conhecido na região por seus apelidos, Antonin, Teco e Eliseu.

Segundo relatos nas fazendas da região era comum o uso da mão de obra escrava dos camponeses, delito que deu motivos a expropriação de terras da região sudeste do estado, mas essa praxe não era adotada pela fazenda em questão. Sendo o delito desta fazenda a apropriação indevida de terras devoluta, fato constatados perante a justiça.

### 3.2. DA EXPROPRIAÇÃO À POSSE

A expropriação do loteamento Alvorada, foi possível devido, as insistentes posses dessa área por parte dos camponeses, os quais eram constantemente retirados por forças policiais. Até que, com o advento das organizações sindicais formada na região, propiciou a melhor organização dos posseiros. Embora o referido sindicato, apelidado de pelegos, funcionasse de forma mascarada, como medida de controle dos posseiros. A igreja representada por entidades que apoiava os oprimidos das questões agrárias, em oposição ao sistema de funcionamento contraditório dos sindicados, mantinha na região as organizações católicas que pressionava esse órgão e prestava assistências aos posseiros.

Segundo os relatos, citam como destaque deste apoio os padres Aristides Canio, François Gouriou, este conhecido na região como padre Chico e o então advogado da CPT, Paulo Fonteles, além de outros participantes dessas entidades que, trabalharam na orientação de melhor organização desses posseiros, afim de proporcionar o alcance dos seus objetivos dentro das bases legais e evitar embates sangrentos, como era de praxe nas manifestações de posse nestas localidades.

Assim os posseiros que já haviam adentrado o terreno, foram orientados a se estabelecerem em um ponto de apoio nas proximidades da área. Formando assim, um pequeno povoado, também inexistente nos dias atuais, as margens do córrego denominados de Perdidos, com a referência de acampamento Santa Luzia dos Perdidos. Durante a estadia dos posseiros neste acampamento, seu sustento era produto de lavoura implantada na área de intenção de posse.

A ocupação da área foi efetivada em 1980, quando Padre Aristides e Paulo Fonteles comprovaram a inexistência de documentação dessa área por parte do fazendeiro, que pudesse comprovar a titularidade da terra. Assim, Zé Marinho e Raimundo Marinho, que, nos relatos, são mencionados como coordenadores do acampamento, foram quem no ato da posse direcionaram o corte das terras. Com a orientação de que nenhum posseiro ficasse com área superior a 10 alqueires, na justificativa de que, quanto maior o número de assentados, mais força de resistência eles teriam. Assim na falta de documentação comprobatória de propriedade da terra, os donos ilegítimos, perderam o direito e teve que ceder ao GETAT, para fins de reforma agrárias.

Com o domínio da terra, o GETAT enviou em 1981 o agrimensor, Jose Ebraim a localidade, para realizar o serviço de georreferenciamento da área. De tal modo que, com a finalização do registro topográfico, a formalização da área, enquanto loteamento, foi concluída, o cadastro das

famílias pleiteantes a terra, concluído, e as atividades do agrimensor finda em 1983, com a entrega do título definitivo de posse mansa e pacífica das terras. Conforme demonstrado no anexo 3.

### 3.3. SOB AMEAÇA DE CONFLITOS PÓS POSSE

De acordo com os entrevistados, a perda de domínio, sob essa faixa de terra, por parte dos fazendeiros (Antonin, teco e Eliseu) não foi aceita de imediato, ficando assim, um clima de tensão, sob ameaças de ocorrência de conflitos, já que, os posseiros estavam estabelecidos na área sob a certeza do seu direito a posse, não a entregaria tão facilmente aos fazendeiros.

O clima de tensão foi fortalecido em 1982, quando, os advogados representantes dos fazendeiros, Dr.<sup>a</sup> Cândida e Dr.<sup>o</sup> B. Santos, como eram conhecidos entre os posseiros, ameaçaram fazer a retomada da terra, com uso da força repressora dos pistoleiros. Assim, os relatos apontam que, na justificativa de evitar confronto direto com os posseiros, foram enviados a área de posse com finalidade de sondar o contingente de famílias apossada, dois camponeses, conhecidos entre os posseiros por, Malaquias e Zé do Rádio, sob a promessa da fazenda, conceder terra as eles. Assim fizeram porem ao mesmo tempo alertaram aos posseiros da intenção da fazenda.

Em estado de alerta, os camponeses se prepararam para o embate. De acordo com relatos, ainda fizeram trincheiras, levaram mulheres e crianças para regiões mais segura, como o povoado Boa Vista, que está localizado nas proximidades do rio Araguaia, sentido Araguanã, local de primeiro estabelecimento, da maioria dos posseiros dessa localidade. Porém, ao descobrir que estavam sendo aguardados, os pistoleiros não compareceram na localidade apossada, evitando assim o confronto. Mas, perante o clima de tensão, Policarpo<sup>14</sup>, ou Losa como era conhecido o delegado regional, que ficava estabelecido na delegacia regional no povoado Itaipava, sabendo do ocorrido, logo acionou o advogado Paulo Fonteles. É nesse que contexto que se verifica a veracidade da informação de Pereira (2010) quando expressa que:

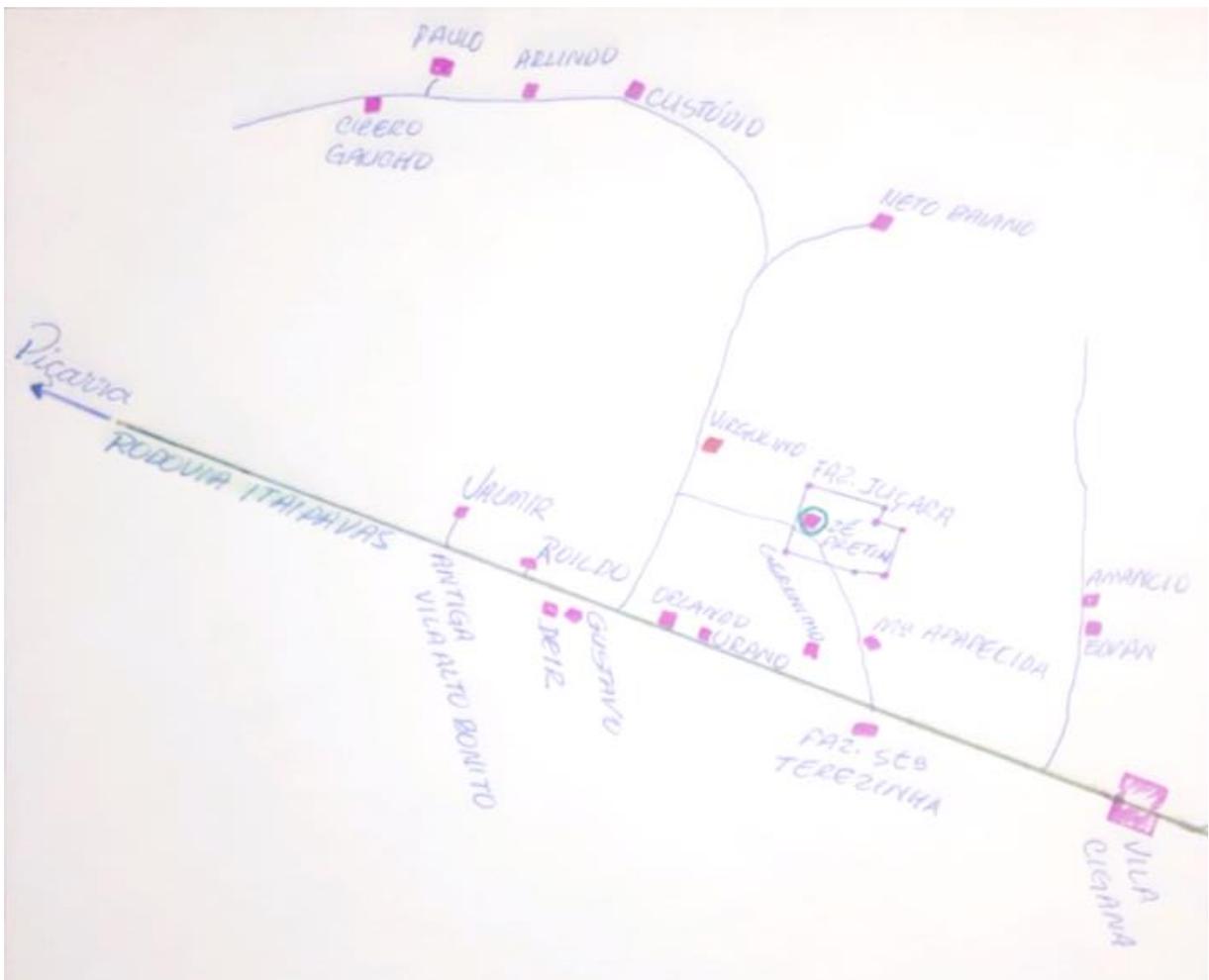
... a problemática dos conflitos de terra na Amazônia brasileira, entre as décadas de 1970 e 1980, em grande medida faz em razão da expropriação e expulsão de posseiros de suas terras, por empresas e/ou proprietários do centro-sul do país que passaram a adquirir títulos e terras dos governos estaduais, e mesmo do governo federal, e instalarem ali seus empreendimentos agropecuários.

---

<sup>14</sup> Segundo os entrevistados, mesmo na condição de delegado, Policarpo era representante dos camponeses. Apossado ao cargo, devido exigência dos posseiros imposta, em uma reunião bastante acalorada, realizada em Itaipava na presença e como representante do governo, Sebastião Rodrigues de Moura, vulgo Curió.

### 3.4. ESTABELECIMENTO DEFINITIVO DA COMUNIDADE ALTO BONITO

Conforme mencionado anteriormente a posse legal dessa faixa de terra, ocorreu em 1982, período em que estava ocorrendo o desenvolvimento do atual município de Piçarra. Uma vez que, com a abertura da OP1, propiciava o acesso aos novos assentamentos desta localidade, proporcionando assim, a chegada das famílias dos novos sitiantes, aumentando consideravelmente o contingente populacional da microrregião. Resultando na formação de novos povoados, próximo à rodovia principal, OP1, dentre os quais, Alto Bonito, Cigana, Xandu, entre outros que foram se formando ao longo da atual rodovia. Esses povoados, serviam de locais de lazer e ponto de apoio aos sitiantes e ao exército em atividade local, na época.



**Figura 4:** Croqui representativo da organização atual da microrregião Alto Bonito. Fonte: Entrevistado - Jose Paulo da Silva Aguiar.

Dessa forma, Alto Bonito, foi um pequeno povoado formado na chã de um pequeno alto, localizado cerca de 8 km de Piçarra, as margens da estrada operacional 1, atual rodovia Itaipava.

Este povoado foi base de acesso aos novos proprietários de terra desta microrregião, prestando assim, de referências as propriedades em torno, formando a comunidade Alto Bonito. Com o passar dos anos e melhores condições de acesso as propriedades, sua importância foi diminuta, levando assim sua extinção, e se não fosse pela entrevistas realizada não se conhecia a existência desse povoado, por sua pouca duração, devido sua inviável localização, ou seja muito próximo a nova sede municipal, assim foi perdendo importância diante da vila cigana que também encontra-se as margens da rodovia Itaipava, porém cerca de, 15 km de piçarra, servindo de ponto de apoio a mais microrregiões. Conforme representado na figura 4.

Com a extinção do povoado Alto Bonito, foi caindo em desuso o nome referência de endereço das propriedades da microrregião, tornando comum o uso da vila Cigana para essa função, ficando assim, a referência Alto Bonito em esquecimento e no desconhecimento das novas gerações dessa localidade.

### 3.5. CONSIDERAÇÕES

De acordo com Raffestin (1993), o território é a prisão que os homens constroem para si. Diante de tal declaração, ousou afirmar que, esse é o tipo de prisão almejada por todo camponês, é o modelo de prisão, pelo qual lutam para conseguir adentrar, pois, para eles, essa é uma prisão libertadora, geradora de autonomia, financeira, patrimonial e até mesmo cultural, é a prisão onde depositam sua esperança de uma vida melhor, para eles e para a família. Tal premissa pode ser constatada ao analisar, cada fase descrita nesse trabalho, observando a perseverança dos camponeses diante das adversidades encontradas no percurso de formação desse território. Assim, é possível perceber também que, a prisão territorial é resultado de uma construção conjunta e que, tende a ser fortalecida, com a união dos indivíduos que a compõe.

Matte e Mosquer (2009, p. 23), expressa que, para Deleuze e Guattari, a máquina territorial primitiva é a terra, é nela que está resumido todo o processo produtivo, os objetos é a força de trabalho utilizada, os seus agentes e os produtos resultantes. Essa afirmativa é nítida, quando olhamos a história, seja camponesa ou não, a terra sempre foi espaço de construção, de saber, de cultura, de sociedade. Sem-terra não há território, e sem território não há cultura.

## CAPÍTULO 4: FAZENDA JUSSARA, O CÉU NA TERRA PARA ALGUÉM.



**Figura 5:** José Martins Aguiar, no caminho de acesso a sua residência na fazenda Jussara. Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Com este capítulo o intuito é apresentar a satisfação pessoal do agricultor familiar, sr. José Martins Aguiar, diante seu “pedaço de terra”.

E com essa sucinta introdução, está expresso, o objetivo geral deste trabalho. Deixando claro a justificativa do tema e arremetendo ao mesmo tempo a discursão do processo de valorização da terra por parte do agricultor familiar. Para tal, neste capítulo será objeto de relato, o contexto de estabelecimento da família no lote, o dia a dia de produção e gestão da propriedade, descrevendo as conquistas e desafios enfrentados.

### 4.1. APANHADO HISTÓRICO E ESTABELECIMENTO DA FAMÍLIA AGUIAR NO LOTE

Dando seguimento ao contexto histórico da vida do sr. José, foi relatado no primeiro capítulo deste trabalho, o seu casamento, e o seu estabelecimento em uma propriedade as margens do Caiano. Esse fato ocorreu no ano de 1979, mesmo período de intensificação das manifestações de posse desta região, a qual era conhecida na época, como Gitirana, pois, embora fosse parte da fazenda Alvorada, recebia essa identificação, em referência ao córrego Gitirana, que corta essa faixa de terra.

José não participou efetivamente da posse desta terra, na qualidade de posseiro, conseguindo a terra por meio de compra, esta foi lhe vendida por seu cunhado que estava instalado na área desde as manifestações iniciais de posse da terra.

Ao comprar a propriedade José a nomeou-a de Fazenda Jussara, fazendo referência aos inúmeros pés da palmeira presente no lote, que segundo o agricultor, esta palmeira é o mesmo açai, porém conhecida entre os maranhenses como juçara devido a sua zona de ocorrência ser em área de brejo não alagado. Permanecendo assim o nome da propriedade até os dias atuais.

*Segundo José, devido aos seus “maus” dias vividos, afirmou a si mesmo que, caso tivesse a oportunidade de possuir uma terra, esta seria seu local de trabalho e de vida, sua permanência perduraria até seu fim, o que é natural dos seres humanos. Então que, de acordo com ele, quando chegou ao lote, se maravilhou de tamanha felicidade, terra fértil, água em abundância e por fim, a certeza de ser o proprietário, um sonho que revolvía em sua mente a anos. Deixar de fornecer sua mão de obra às pessoas que, às vezes, se opunham a contribuir de forma digna com o seu ganho, seria uma forma de agradecer a Deus e reestabelecer sua paz interior, pois sempre teve fé de isso aconteceria, mais cedo ou mais tarde.*

A mudança de José e família, para o lote ocorreu 1980. Onde criou seus três filhos e viveu até seus dias finais, na labuta diária do produtor rural. E se enchia de orgulho ao contar sobre seus anos ali, como se para ele a vida tivesse recomeçado.

#### 4.2. ATIVIDADE EXERCIDA NO LOTE DE 1980 AOS DIAS ATUAIS

Na intenção de fidelizar as informações, todo este tópico e de autoria do segundo filho do agricultor, José Paulo, que descreve o pai como: *Agricultor de “mão cheia”, totalmente seguro da real situação de liberdade social e psicológica, embora não houvesse desenvolvimento na região, isto não traria qualquer preocupação que tirasse seu foco de atuação e trabalho no lote. O método de trabalho de início, se dava por meio de mutirões, ou seja, juntava os vizinhos, dirigiam-se a um lote, por eles combinado, exerciam ali o trabalho, que às vezes duravam dois dias, no máximo. Terminado essa tarefa, era a vez de atender outro componente do grupo, e assim, se ajudavam de modo que todos eram atendidos em tempo suficiente, que não tardava a execução dos trabalhos, que tinham por maior demanda, a produção de alimento, através das roças.*

*O período de preparo das roças, se davam de julho a setembro, mês esse que, com o uso do fogo, limpavam a área que já estava apta a esta ação, procedendo assim com o plantio, principalmente, de Milho, Arroz, Mandioca e Feijão, essas eram as principais culturas, pois faziam parte do consumo diários das famílias. Havia outras culturas, como: Melancia, Abóbora, Abacaxi, Melão, Cana e algumas hortaliças, dentre as principais o Pepino, Tomate, e claro o Cheiro Verde que fazia parte dos pratos das famílias locais.*

*O cultivo era realizado de modo que no próximo ano, ainda havia alimento no estoque, evitando assim sua falta, que seria uma aflição total. Sabemos que uma boa colheita, não depende apenas de métodos executado apenas no preparo do solo, escolha de sementes, tratos culturais etc., mas também do clima, que naquela época não era diferente, todavia, um bom planejamento propunha a certeza de melhores resultados na realização dessas tarefas. Entretanto, cuidados como, local de armazenamento dos grãos era cuidado com atenção e apego.*

*O Milho que era guardado, sempre com a palha, era servido, na sua maioria às galinhas e porcos, sem esquecer, que fazia parte da alimentação da família, tanto no período de verde, quanto seco, essa última fase, no preparo artesanal de cuscuz e outras iguarias, conforme os costumes culturais de cada indivíduo. Fica claro que a base a alimentação era Arroz, frango caipira, porco, Feijão e hortaliças. Lembrando que a mandioca, a parti do quarto mês na região, dependendo da necessidade, já seria possível o preparo de farinha ou o consumo da raiz, das variedades que davam esse direito, claro. Porém tinham aí mais um componente para o alimento.*

*A medida que os anos foram passando, as famílias aumentavam seu contingente, e houve a necessidade de buscar outros meios de obter renda para atender, as necessidades básicas daquela comunidade. Foi então que por volta de 1983 iniciou um novo ciclo de produção regional, o cultivo da Banana, que chegou com a promessa de reerguer a situação financeira dos agricultores, bem como, permitir, até mesmo, adquirir outros bens de necessidade das famílias. Como havia mais pessoas, era possível cultivar uma área de tamanho significativo e assim, poder instalar maiores cultivos, sendo, a Banana em maior número, não deixando de fora as demais culturas, como acima citadas. Pois assim, além do consumo, era possível comercializar o excedente, por atravessadores, que escoava essa produção à pontos de coleta e levados a locais que houvesse maior número de pessoas, ou até mesmo vilas de outras regiões.*

*Nesse período a produção foi destaque com duas culturas sendo a Banana em primeiro e a Mandioca em segundo, essa última à produção de farinha, claro que as demais culturas, também tinham seu espaço nas vendas, entretanto, nem sempre era possível produzir as principais culturas de modo que chegassem ao mercado, pois todo o trabalho era manual, tipicamente familiar, impossibilitando uma maior produção que chegasse a esse patamar.*

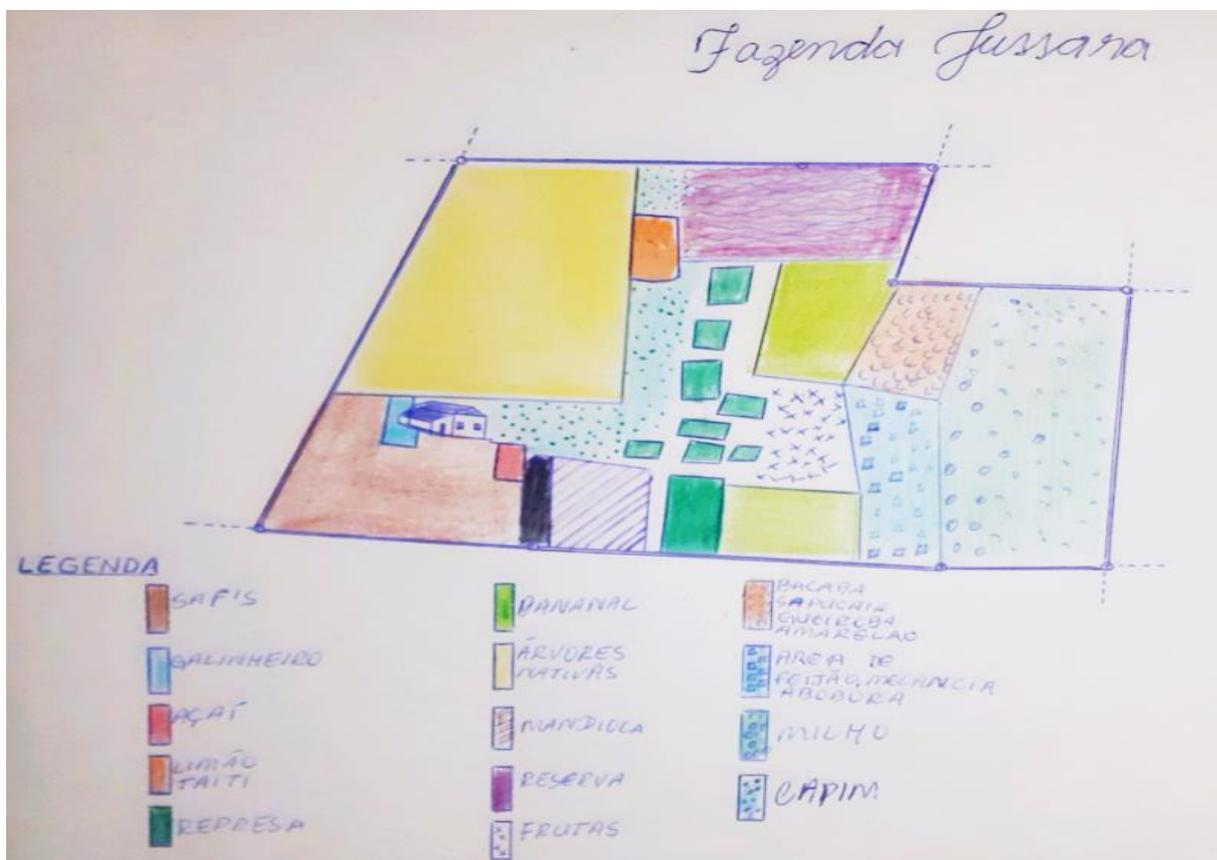
*Passou então a darem maior importância à cultura da Banana, que tinha como variedade principal a banana Terra, ou comprida, plantada principalmente, no mês de outubro e dali a oito meses colhiam os primeiros cachos. Como não havia tratos culturais adequados, os bananais*

duravam de três a quatro anos e daí havia um declínio significativo na produção, havendo assim, a necessidade de uma nova instalação e assim se procedia em uma nova área.

A compra de produtos, que a família necessitava, no início se dava em Piçarra, que na época era Vila, mas já contava com locais que dispunham a venda dos principais produtos da cesta básicas. Com uma distância de 10 km, a ida se dava em períodos mensais, às vezes a pé ou a cavalo. Vendo a luta daquele povo, um agricultor próximo, instalou um pequeno mercado, onde, facilitou a compra e até mesmo a venda de produtos, oriundos da produção familiar.

Esse ciclo da cultura da Banana, houve declínio, quando os agricultores iniciaram a criação de gado, chegando a um estágio de total abandono das demais culturas, onde a renda era totalmente da pecuária e assim, em vez de produzir, ficou preferível a compra na cidade.

#### 4.3. PANORAMA GERAL DA PROPRIEDADE NOS ASPECTOS ATUAIS



**Figura 6:** Croqui demonstrativo do arranjo atual da propriedade. Fonte: Entrevistado – José Paulo (2020).

A propriedade em estudo, está localizada a 10 km da sede do município, Piçarra – PA e 5 km da Vila Cigana. Situada, no centro de uma região, voltada exclusivamente a criação de bovinos,

predominantemente leiteiros. Atualmente é a terceira menor propriedades da localidade, com cerca de 25 ha.

De propriedade do sr. José Martins Aguiar, vulgo Zé Pretin, como é conhecido na região. Fazenda Jussara, como foi nomeada pelo produtor no ato da posse, atualmente é toda subdividida, em áreas de cultivo de banana, milho, macaxeira, de pomar de frutas, área de reserva de reflorestamento, área de cultivo de madeira para abastecer as necessidades da propriedades, esquícios de pastagens em meio a ipês nativo, áreas de represa e tanques de criação de peixes, e área de criação de galinhas, entre outros. Conforme estar representado na figura 6.

Por 13 anos, José partilhou a gestão da propriedade com a filha e o genro, com quem conviveu nesse período. Com a separação do casal, houve mudança da organização familiar, vindo se estabelecer no lote o segundo filho do agricultor e família.

Com o advento da mudança de parceiro de gestão da propriedade, houve também mudança na organização estrutural e produtiva do lote. Com alguns hectares a menos e algumas estruturas de produção, ainda presentes no lote, como uma represa e sete tanques, onde se criava tabaqui, embora, estivesse com um tempo sem uso, ainda seria possível reativa-lo, também, uma parte da propriedade com a cultura da banana, mas, sua ampliação era inviável devido a criação de gado na propriedade.

E diante cultural produtividade local, o modo de vida da população da região é a criação de gado com finalidade leiteira, e nessa propriedade não era diferente. Produzia uma pequena quantidade de leite e vendia a empresa SERTANORTE de laticínios, que compra o leite, e processa-o em vários produtos, e paga um pequeno valor no litro do leite, sendo que essa ação, vez ou outra contraria os fornecedores de leite, por se tratar de um produto que requer mão de obra e gastos na sua produção.

Além desses entraves, outro fator preocupante na região é a incidência de duas pragas que atacam as pastagens a Cigarrinha das pastagens (*Deois flovipicta*), é uma praga que ataca o capim e o milho, sua maior infestação é no período de baixa incidência pluviométrica, a outra praga importante na região são as Lagartas (*Spodoptera frugiperda*, *Mocis latipes*), que destrói pastagens, principalmente em novembro, devorando suas folhas e conseqüentemente, afeta diretamente na produção do leite, já visto, que a alimentação desses animais é a pasto. A manutenção das cercas, renovação de pastagens degradadas, compra de insumos (sementes, herbicidas). Outro fator desfavorável na criação, era o fato da venda do leite, pelas condições que se tinha, não ultrapassava

50 litros por dia, ficava inconveniente destinar uma área da propriedade para outra finalidade, pois a pastagem, ali existente, já era insuficiente para alimentar todo o rebanho durante todo o ano.

A venda de um animal só era possível, quando se tinha um bezerro e ainda era preciso esperar completar 08 meses, que é o período da desmama, nesse tempo, o animal está fora do peso, quando comparado como um bezerro criado com alimentação adequada, portanto o comprador, oferecia um valor abaixo daquilo que se gastou para produzir aquele animal, até porque, bezerro vaca leiteira, na região, é comum terem valores inferior de bezerros da raça Nelore, por exemplo. Foi diante dessa análise, que o produtor optou por redirecionar seu foco produtivo, aceitar que não tinha estrutura para acompanhar a “moda” local.

Concluindo que, para quem possui um lote nessa proporção e quer conseguir acompanhar foco de produção a da região, há a necessidade de mudar os modos produtivos, ou seja, precisa de tecnologias inovadoras, como fazem em outras regiões do país, melhoramento genético, manejo de pastagens, gramíneas resistentes e adequadas à região, ração, cerca elétrica, água nos piquetes, ordenhas, dentre outros fatores.

Mediante essa situação, foi pensado em outro modelo de produção, que pudesse satisfazer as necessidades da família, bem como, proporcionar a sua permanência na propriedade, foi então que, optaram por abandonar a criação de gado e focar na produção de alimentos no modelo do Safs – Sistema agroflorestais sucessionais, tendo em vista, este modelo produtivo atender as demanda do produtor, em produção de alimento e manutenção e reestruturação dos seus recursos naturais, de demanda na propriedade, mas que estavam em escassez, como madeira. Optando pela mudança, foi decidido, aos poucos, deixar as práticas, que antes eram usadas, como o uso do fogo e os herbicidas.

Por suas experiências de vida camponesa, José era um conhecedor e observador da natureza, seu filho relata que: *sempre que praticava a agricultura de roça, observava que em locais que havia um acúmulo de vegetais (galhos e folhas), mesmo com o uso do fogo, as culturas ali inseridas, demonstravam-se com maior vigor, portanto, era observado que a matéria orgânica no solo favorecia as plantas em seus estágios de vida. Sempre que colhia Arroz, Milho e Feijão, todo o resto de palhas e folhas, eram usados nas chamadas vazantes (locais próximo de córregos, onde havia umidade) este local era plantado sementes de Melancia, principalmente, e esses restos vegetais eram usados como adubo, junto ao pé da planta, e sempre com irrigação de modo manual, pois os plantios eram somente para subsistência familiar. Essas práticas propunham maior experiência a cada vez que se usava.*

Além disso, José contava também como a contribuição acadêmica do filho, este, técnico em Agropecuária, com oito anos de experiência no meio rural, onde trabalhou com Agricultura Familiar, com assessoria técnica, social e ambiental. O que fortaleceu a opção pelo Safs, pois, entenderam que era o momento de juntarem seus conhecimentos e implantarem em suas diversas práticas produtivas realizadas na propriedade.

A ser questionado dos desafios da mudança Paulo, Filho de José, relata que: *Percebia-se que mudar uma dinâmica, que a anos vinha sido praticada, não era tarefa fácil, porque o modelo que gerava renda, estava no inverso da ideia que se propunha, a transformação leva um tempo até obter respostas. Então o que deveria ser feito de imediato, seria começar pelas áreas de plantio, no caso seria um hectare de banana, onde já havia sido deixado de lado, onde já havia sido usado como alimento ao gado juntamente com a pastagem. Então a área foi cercada e o bananal voltou a crescer e frutificar. A produção é comercializada junto aos programas do governo, vinculados à prefeitura municipal como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).*

Ainda de acordo com Paulo: *Nesse momento pudemos perceber a importância da diversificação da produção no lote, pois iniciamos a entrega de produtos toda semana com pagamento mensal. Começou então a surgir novas ideias, como ampliar outra área que, até então era somente para o consumo da família, cultivar outras áreas para implantar novas culturas, pois além dos programas sociais, há também a feira do produtor rural, que funciona aos sábados e requer uma demanda de produtos da agricultura familiar.*

Em referência ao croqui desenhado por Paulo, figura 6, ele esclarece que: *O mapa ilustra a realidade da propriedade, embora o novo modelo empregado é diversificar os meios de produção sem perder a agregação de valores aos produtos. A ampliação deste novo modelo de produzir, requer tecnologias inovadoras, dentre eles o reaproveitamento da biomassa para elevar a produção, que tem como característica, o total desprezo por inseticidas, herbicidas, adubos sintéticos ou qualquer uso de produtos que descaracterizem um modelo sustentável de produção. Pensando assim, a busca por conhecimento e aprendizagem, recai sobre os pensadores e executores de tal modelo a ser empregado na fazenda Jussara.*

*Ampliar as atividades que hora estão estacionadas, provoca responsabilidade ambiental e acima de tudo um compromisso a toda cadeia de produção e principalmente, ao meio ambiente. Sabemos produzir neste novo horizonte, totaliza uma série de ações inovadoras e implementadas pelo um olhar holístico e ambientalmente justo.*

*Hoje a propriedade dispõe de áreas com fruteiras como, banana, limão taiti, acerola, cupuaçu, graviola, jabuticaba, tangerina, poncã, laranja, manga, abacaxi, açai, buriti, murici, goiaba, caju e cacau. Além dessas frutíferas, há uma quantidade significativa de árvores nativas, como Amarelão, Cajá, Sapucaia, Acapueiro, Ingá, Axixá, Ypê, Barriguda, Rosca, Moreira, Anjelim, Gameleira e Tamboril. Todavia a própria natureza de encarregou de regenerar essas áreas, embora ainda há gramíneas, como a brachiaria, mas o sombreamento aos poucos exterminará o que ainda resta. Essas árvores são usadas em atividades, dentro da propriedade, sem haver necessidade de comprar madeira. Porém, para aplicar as técnicas de produção sustentável, e tornar essa propriedade, alto suficiente, pode-se contar com esse bom início de material, que pode ser empregado, tanto no uso do saf's como agricultura sintrópica.*

*No que se refere a piscicultura a ampliação será voltada para o cultivo da Tilápia, pois é um peixe rústico que suporta altas temperaturas, bem como suas variações, ficando assim com boa disponibilidade de produção, tem boa aceitação no mercado local e apresenta excelente sabor na culinária regional.*

*Na fruticultura o caminho certo será com o uso mais acentuado da enxertia, possibilitando produção em menor tempo, sem esquecer dos tratamentos culturais e uso dos adubos orgânicos, que a propriedade dispõe em grande escala. Na avicultura a produção de ovos sai na frente, fomentando a produção de frango de corte, este, criados em áreas cercadas, mas com espaço, que favorece seu hábito alimentar.*

*Concluindo Paulo afirma que: Compreender essa lógica é primeiramente, conhecer tal modelo, na perspectiva de ajustes sempre que necessário, sem abrir mão do compromisso que se presa ao implantar ou ampliar qualquer atividade rural.*

*A fazenda Jussara será em um futuro próximo, um modelo que desafia os costumes culturais e sociais da região, pois vem dando certo, mesmo após a desistência da criação de gado, atividade que, para nós, demonstrava ser a melhor opção, até o momento que a própria atividade mostrou o contrário. Estamos de frente a novos desafios, que requer mais empenho e compromisso, sem esquecer do legado tão defendido por Zé Pretinho, que acreditar é fazer do impossível um sonho e do sonho uma realidade.*

#### 4.4. CONSIDERAÇÕES

Diante desse capítulo, é possível ter uma breve noção dos desafios da agropecuária nas bases da agricultura familiar. Os entraves a serem superados são muitos, é quando se está em menor número diante de grandes fazendas, como se encontra a Fazenda Jussara, pois com o passar dos anos por motivos diversos muitas famílias venderam as propriedades, proporcionando a formação de novas grandes fazendas. Assim, o pequeno produtor encontra-se em um ambiente onde a política do governo, para a agropecuária, só financia o sistema de produção que não se adequa ao seu aporte estrutural, aumentando os entraves a serem superados, para garantir a permanência na propriedade.

Outro ponto a ser observado nesse capítulo é a importância do pequeno produtor na manutenção dos recursos naturais e na diversificação de produção de produtos alimentícios. Mas, também deixa claro a debilidade de política de apoio a essas práticas, principalmente nessa região, o que se deve à pouca expressividade dessa classe de produtores, por falta de apoio organizacional, como ocorre em outras regiões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia não é apenas de cunho informativo da formação local, mas de alerta, tendo em vista que o principal motivo de apresentar todo contexto histórico de formação sociocultural desta localidade e demonstrar a variabilidade cultural que veio a se estabelecer nesta microrregião, é que, para fins de implantação de ação coletiva como assistências governamentais, pode ser fator primordial no favorecimento de desorganização social, exploração econômica e depredação sociocultural. Assim o conhecimento dessa variabilidade sociocultural, permite o uso de meios adequados de trabalhos, conduzindo ao desenvolvimento local participativo e não apenas forçar a aceitação das imposições capitalistas de forma cega, que é o principal meio de induzir os fatores acima mencionados.

Ao longo deste trabalho, foi possível perceber o quanto as políticas governamentais contribuíram para o processo de “coisificação” da terra, ou seja, os produtores rurais brasileiros, são “treinados” de acordo com as políticas voltadas ao campo, em ver a terra como espaço de fornecimento de insumos para fomentar o capitalismo, seja este fomentado na entrada ou saída da propriedade rural, mas ambos beneficiam o sistema sugador de energia do povo e da natureza. Como bem apresenta Werneck (2006, p. 177), o homem transforma a natureza tanto por sua ação individual quanto social num mundo de cultura que vai para ele aparecer revestido de valor. Cada um compreende a sua cultura tanto no presente como no passado como membro da sociedade que historicamente a formou.

Por fim percebe-se que, nesse processo de banalizar o manejo da terra resulta em perdas, tanto a natureza, quanto ao homem que dela vive, pois, a manutenção do modelo de exploração voltado a pecuária e o monocultivo gera desgaste ao solo e torna-se insustentável ao pequeno produtor rural, gerando o êxodo e propiciando a formação de novos latifúndios.

E para concluir ressalto a importância dos movimentos sociais agrários, frente ao processo de reforma agrária, levando a reflexão de que toda propriedade pertencente ao produtor rural detentor de pequeno ou média propriedade, isso levando em consideração aos limites estabelecido pelo regimento voltado a agricultura familiar, é fruto das lutas sociais agrárias. Pois, mesmo que não tenham participado de forma direta, foram contemplados com o resultado final destes movimentos, o que proporciona acessibilidade a conquista à terra por intermédio de compra, o que antes era quase impossível adquirir de um latifundiário.

Outro ponto a ressaltar é a diversificação produtiva e o manejo para com a terra e a produção, resultando em boas fontes de abastecimentos das feiras locais, além de polos de preservação socioambiental. O que é a expressão de valorização do camponês para com a terra, e por extensão a ele mesmo e a família, tendo em vista que, o manejo adequando lhe proporciona a garantia e segurança alimentar, resultando em bem-estar e satisfação pessoal.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 1767, de 01 de fevereiro de 1980. Cria grupo executivo para regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, e dá outras providências. **Decreto-lei Nº 1.767, de 1º de fevereiro de 1980.**

BRASIL. Decreto nº 17274 de 30/11/1944 / PE - Poder Executivo Federal. **Aprova os estatutos da Fundação Brasil Central.** D.O.U. 31/12/1944.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** – Brasília: SECADI, 2012. 96 p.

DOMINGOS, Luís Tomas. A VISÃO AFRICANA EM RELAÇÃO À NATUREZA. **Revista Brasileira de História das Religiões.** Maringá - PR, v. 3, n. 9, p.01-11, jan. 2011.

MARINHO, Dalcione lima. **Rompendo cerca e construindo saberes: a juventude na construção da educação profissional do campo no sudeste do Pará.** Recife: Imprima. 2016

MATTE, Nadja Regina; MOSQUER, Eli. Deleuze e Guattari, e a desterritorialização. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org.). **Leituras do conceito de território e de processos espaciais.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 1, p. 25.

MECHI, Patricia Sposito. Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social. PUC-SP, 2012.

MECHI, Patricia Sposito. Camponeses do Araguaia: da guerrilha contra a ditadura civil-militar à luta contemporânea pela terra. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História,** São Paulo, v. 46, p.167-195, abr. 2013.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** 2. ed. São Paulo- SP: Ática, 1988. 78 p. (Princípios).

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas,** v. 6, n. 3, p. 479-499, 2011.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo; CONCEIÇÃO, Wellington Jhemerson Costa da. A luta pela terra nas páginas do jornal O Grito da PA 150: Terra e Liberdade. Entre a denúncia e a formação política dos camponeses no sudeste paraense. **Perseu: História, Memória e Política,** n. 13, 2017.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. **O PENSAMENTO RADICAL NO MOVIMENTO CAMPONÊS: História e Memória da Luta Camponesa em Conceição do Araguaia – 1975/1985**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia de poder**. Michoacán: El Colegio de Michoacán, 1993.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e cultura no sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. 188f. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História/Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

SILVEIRA, Luciano Marçal da. Construção de territórios camponeses. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.4-6, 2010.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Acta Geográfica**, v. 2, n. 3, p. 59-83, 2010.

THIOLLENT, Michael. **Metodologia da Pesquisa Ação**. 18. ed. São Paulo- SP: Cortez, 2011. 136 p.

TREZZA, Marcia (São Paulo). Museu da Pessoa (Org.). **Todo lugar tem uma história pra contar: Memórias de Xambioá**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2017. 48 p.

VALE, Ana Lia Farias; LIMA, Luís Cruz; BONFIM, Maria Geovaní. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Textos e Debates**, v. 1, n. 7, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 25-44, 2014.

WERNECK, Vera Rudge. Sobre o processo de construção do conhecimento: o papel do ensino e da pesquisa. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 14, n. 51, p. 173-196, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. **Revista Crítica Marxista**, n. 10, p. 12-30, 2000.

WOORTMANN, Klass, **“Com parente Não se Negueia” o Campesinato Como ordem Moral**. Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília - DF: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

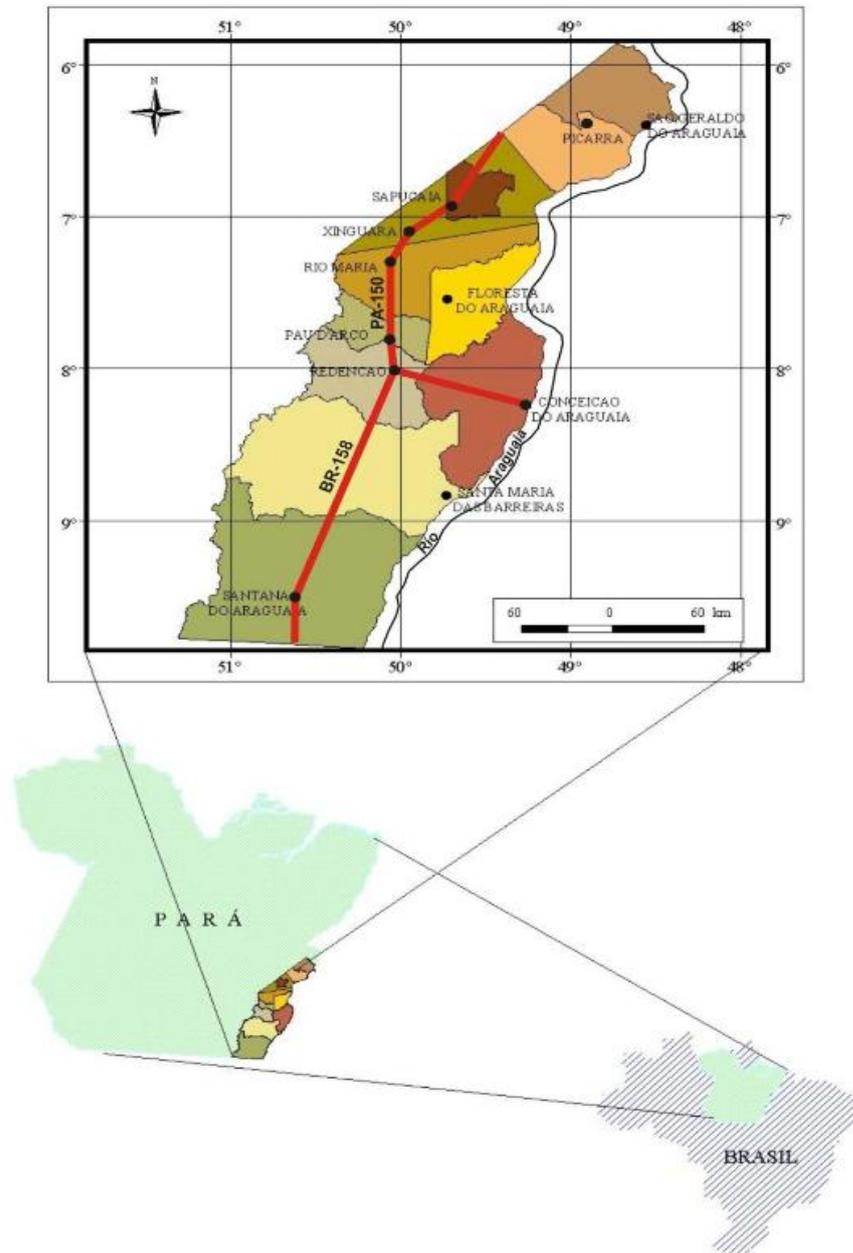
## APÊNDICE



ANEXO 1: Recorte microrregional da região sudeste do estado do Pará.

Fonte: Silva (2006).

ANEXO 2: Representação cartográfica do antigo município de Conceição do Araguaia nos aspectos atuais de divisão municipal.



Fonte: Pessoa (2013, p.31) apud Feitosa (2003, p.26).

ANEXO 3: Parte do documento de título definitivo da Fazenda Jussara, Cedido Pelo GETAT em 1983.



Fonte: Arquivo cedido pelo entrevistado.